

4 Generocídio em Darfur

Tendo em consideração as discussões realizadas anteriormente, será identificado a partir de agora como a construção de gênero se manifesta na atuação dos perpetradores no genocídio de Darfur. Assim, discutiremos *a relação entre gênero, intersubjetividade e violência nesse cenário, em particular*, contemplando se o *modus operandi* dos *génocidaires* está informado por construções de gênero. Essa constatação estaria de acordo com a hipótese a que se dedica esse trabalho de que *a construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de atuação do perpetrador durante os genocídios, informando suas percepções e condutas a partir de construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade*.

Para isso, o texto se dividirá da seguinte forma. A seção 4.1 apresenta como se deu a formação do Estado do Sudão e as dinâmicas identitárias presentes desde a independência do país, em 1956, até a eclosão do genocídio em Darfur, em 2003. Essas dinâmicas, vale dizer, também se apresentam em grande medida nos demais conflitos que assolam o país como o conflito no sul, nas montanhas Nuba, no Nilo Azul e etc. Nosso foco, no entanto, está em Darfur, reconhecido atualmente reconhecido como um genocídio, tendo em vista a escala e a sistematicidade da violência contra os grupos Fur, Masalit e Zaghawa que habitam o oeste do país. A seção 4.2 se dedicará a apresentar a dinâmica e a contextualização do genocídio em Darfur, considerando as contribuições teóricas discutidas no capítulo 2. A seção 4.3 iluminará as construções locais de gênero e, por fim, explicitaremos como a violência contra o gênero está se desencadeando nesse genocídio (vide seção 4.4).

do local, conhecidos como árabes ribeirinhos por sua localização próxima ao Vale do Nilo. Esse grupo é composto por muçulmanos, que falam árabe e se identificam culturalmente como árabes. Desde o período colonial, a cultura ribeirinha predominante no norte do país foi definida como a “norma” da identidade sudanesa, atuando como um “sub-imperialismo” imposto a outras áreas do país (O’Fahey, 1996, p. 261). De acordo com O’Fahey:

“From the perspective of peoples of the peripheries, these riverine groups brought with them the Arabic language, new styles of dress (...) and house-building (...) and restrictions on women, including the practice of Pharaonic circumcision.” (Idem, p. 261).

No caso da colonização egípcia, o privilégio da região norte deve-se não apenas pela identificação da metrópole com a população árabe, como também em função da distância e da dificuldade de acesso às demais regiões do país. Esse último fator explica a recorrência desse padrão também no caso do domínio britânico. Os árabes ribeirinhos, portanto, foram formados como a elite do país, com maior acesso aos serviços, à educação e aos cargos públicos.

Após a independência do Sudão, em 1956, as elites do norte continuaram a dominar a máquina estatal e a incorporação dos demais grupos, bem como os investimentos em outras regiões do país, continuaram a ser demandas negligenciadas pelo governo nacional, baseado na capital, Cartum. Consolida-se, assim, o que Iyob e Khadiagala classificam como uma “hierarquia geográfica” em que os sudaneses do norte ocupam o topo, tanto em termos socioeconômicos quanto políticos (Iyob e Khadiagala, 2006, p. 51). Há, portanto, a formação de uma “ideologia cartográfica” que dividia a sociedade entre o norte superior e o “resto” subalterno, representado pelas demais regiões do país (Idem).

O período do pós-independência foi marcado também pela implementação dos projetos de “sudanização” do país, ou seja, medidas que visavam a formação de uma identidade nacional unificada a ser expandida com vistas a manter a unidade territorial do Estado recém-formado (De Waal, 2005). A sudanização estava intimamente relacionada aos padrões ideais de identidade arquitetados pela elite ribeirinha do norte.

Esse projeto, que foi executado por diversos governos - e continuou sendo implementado pelo atual governo de Omar al-Bashir - traçava uma identidade

nacional com base na combinação entre arabização e islamização⁹⁶ do Estado, silenciando e reprimindo a diversidade cultural dos demais povos do país. Assim, é comum a afirmação que o Sudão ficou independente de um poder externo, mas que a maior parte do país continua sob o imperialismo da recém-fomada elite nacional (Jok, 2007; De Waal, 2005, p. 196).

Com base na associação entre o arabismo e o islamismo, a identidade sudanesa foi demarcada a partir de uma alteridade formada a partir da imagem dos povos marginalizados de outras regiões como uma categoria inferiorizada e baseada na lembrança histórica de que estes eram descendentes de escravos. A partir dessa demarcação foi legitimado o discurso de superioridade dos árabes que justificavam o seu poder e o seu direito a recursos econômicos a partir de uma autoridade hierárquica oriunda dessa construção acerca de uma suposta supremacia civilizacional (Iyob e Khadiagala, 2006, p. 63; Johnson, 2003, p. 145).

A partir de 1958, com o golpe de Estado dado pelo general Ibrahim Abbud, já é possível observar o início de políticas de arabização e islamização das sociedades nativas. Principalmente a partir de 1962, Abbud passa a implementar o que o especialista em Sudão Jok Madut Jok classifica como “políticas de homogeneização cultural” como, por exemplo, a imposição do árabe como língua oficial na administração e nas instituições educacionais, a construção de escolas islâmicas pelo governo e o impedimento da atuação de missionários cristãos, especialmente no sul, onde há uma grande quantidade de cristãos⁹⁷ (Jok, 2007, p. 59). Abbud promoveu ainda a construção de mesquitas com capital público e baixou medidas que obrigavam as crianças a adotarem nomes árabes ou muçulmanos como requisito de matrícula nas escolas (Idem, pp. 59 e ss.). Por meio dessas imposições houve, assim, o reforço da exclusão daqueles que não se enquadravam na identidade sudanizada (i.e, árabe e muçulmana). Esse processo,

⁹⁶ Vale destacar desde já que estamos tratando aqui de um processo de islamização levado a cabo por uma vertente radical e que a islamização, por si só, não implica necessariamente nas mesmas conseqüências políticas. Assim sendo, não é nossa intenção tratar o Islamismo como um movimento homogêneo ou como possuidor de uma “natureza” fixa, sem contextualização política ou histórica. Tal postura desprenderia a análise de sua conjuntura e trataria o Islã como um movimento “agressivo”, totalitário e ameaçador por sua “natureza”, destacando-o do processo político, fruto da interpretação e da mobilização de movimentos radicais (Nesse sentido ver Messari, 2001).

⁹⁷ Apopulação do sul do Sudão é composta por 30% de cristãos e 5% de muçulmanos, enquanto 65% do restante da população professa religiões locais. No norte, 90% da população é muçulmana (Jok, 2007, p. 158)

vale dizer, pode ser identificado com o que Rae (2002) classifica como “homogeneização patológica”, definida no capítulo anterior.

Após o governo de Abbud, em 1964, houve um breve período democrático, que se encerrou em 1969 com um novo golpe, liderado por Jaafar Nimeiri (Jok, 2007, p. 65). Assim como os governos anteriores, Nimeiri continuou concentrando os recursos do país no norte e reprimindo as demandas das demais regiões.

Durante o governo Nimeiri, houve a ascensão e a consolidação do movimento islâmico radical no país representado pelo “Islamic Charter Front” (ICF) (Jok, 2007). Fundado por um grupo de estudantes, o ICF tinha conexões com a Irmandade Muçulmana, grupo islâmico fundamentalista do Egito, e lutava pela implementação da *Shari'a*⁹⁸ como lei oficial do país. Mais tarde o ICF se transformou em um partido político, a Frente Nacional Islâmica (FNI), cuja principal figura política era Hassan al-Turabi (Prunier, 2005).

Tendo em vista a crescente influência do movimento islâmico no país, al-Turabi foi ganhando cada vez mais espaço e influência política, sendo nomeado Procurador Geral do Estado em 1977. Além de al-Turabi, outros membros da FNI passaram a ocupar postos do governo, o que já sinalizava um recuo do secularismo e uma presença cada vez mais significativa da organização islâmica no aparato estatal (Jok, 2007). A partir do fortalecimento desse movimento islâmico, Nimeiri passa a adotar medidas políticas a favor dos muçulmanos radicais como, por exemplo, a adoção, em 1983, das “leis de setembro”, que instituíram oficialmente a lei islâmica (*Shari'a*) no país (Idem).

Dessa forma, apesar de o projeto árabe-islâmico estar presente desde os primeiros momentos do pós-independência, é principalmente a partir da década de 80 que o islamismo começa a ser implementado de maneira mais evidente como um projeto de Estado.

Conforme aponta O’Fahey, é necessário destacar que ser “muçulmano”, no Sudão, deve ser diferenciado de ser “islamista”, já que no conflito de Darfur, por exemplo, todas as partes envolvidas são muçulmanas. O islamismo representa

⁹⁸ A *Shari'a* é o conjunto de leis islâmicas que rege a organização dos Estados Islâmicos e a vida de seus cidadãos. A *Shari'a* é baseada no Corão, na Suna e nas tradições (Hadith), inspiradas na vida e nos dizeres de Maomé, que devem guiar o caminho de seus seguidores. No Sudão, a lei islâmica teoricamente só se aplica ao norte do país. No entanto, na prática, ela acaba influenciando e pautando também a vida das demais regiões.

o uso político do Islã, que é organizado pelo movimento radical islâmico da Frente Nacional Islâmica para manter o controle dos sudaneses árabes do norte sobre a maior parte do território sudanês (Idem). Assim, como destaca o autor, há diferença em ser muçulmano em Darfur ou em outras regiões marginalizadas (i.e, não-arabizadas) e ser muçulmano em regiões do norte, especialmente no Vale no Nilo (O’Fahey, 1996, p. 258-259).

Essa diferenciação criou uma forte divisão dentro da sociedade sudanesa a partir da visão dos não-muçulmanos e dos muçulmanos não-árabes como “cidadãos de segunda categoria” (Johnson, 2003, p. 133).

De acordo com Jok (2007), a islamização da política a partir da arabização e da islamização da população por meio do banimento das línguas e religiões locais proporcionou a negligência de outros grupos e identidades presentes no país.

“(…) the Sudan government has embraced a form of political Islam and Arabist ideology that is unrepresentative of the Sudanese multitudes of cultures that ancient and contemporary heritage reveals” (Jok, 2007, p. 95).

A adoção das leis islâmicas, somada ao contexto de marginalização das demais regiões, provocou uma forte oposição não apenas dos grupos não-muçulmanos como também dos próprios muçulmanos que defendiam o secularismo do Estado. Nesse contexto, surge o Sudan People’s Liberation Army/Movement (SPLA/M), um grupo armado que se formou no sul do Sudão para se rebelar contra as políticas excludentes de Cartum⁹⁹.

Em junho de 1989, o Sudão sofreu um nove golpe de Estado¹⁰⁰, arquitetado pela FNI. Esse golpe colocou no poder o atual presidente do país, Omar al-Bashir¹⁰¹. Bashir aprofundou a implementação da política de arabização e

⁹⁹ O SPLA/M concentrava a sua atuação no conflito do sul. No entanto, com a eclosão do conflito em Darfur, John Garang, o líder do SPLA/M buscou uma aproximação com os grupos rebeldes de Darfur para unir forças contra o governo central a partir da percepção de marginalização de todas as regiões do país, com exceção do norte. Desse discurso, surgiu o “africanismo”, ou seja, a identidade encontrada para unir povos tão diversos, mas que tinham em comum a exclusão por Cartum.

¹⁰⁰ Em 1985, Nimeiri foi deposto, tendo em vista a escalada do conflito no sul do Sudão em um contexto de fragilidade econômica, e substituído por Sadiq al-Mahdi, que assumiu então o posto de Primeiro Ministro.

¹⁰¹ Apesar de al-Bashir ter sido colocado no poder em 89, o grande líder da FNI e responsável por organizar o golpe e mantê-lo no poder foi Hassan al-Turabi que, posteriormente, foi afastado do governo e preso por suspeitas de conspiração e dissidência política dentro do próprio movimento islâmico.

islamização do Estado, reforçando ainda mais a construção de uma alteridade em relação a grupos não identificados com essa identidade nacional¹⁰².

O governo de Bashir é marcado por uma forte repressão à oposição em nome da segurança nacional e pela intolerância com os grupos construídos como o “Outro”. No Sul, por exemplo, há relatos de afetados pelo conflito que foram obrigados a se converter ao Islã como condição para receber ajuda humanitária (Jok, 2007, p. 89). As escolas e igrejas desses grupos também foram destruídas em um sinal de negação à sua identidade. Tal postura acarretou o acirramento das disputas em termos identitários.

Em 1991, Bashir intensificou ainda mais a islamização do país ao incorporar a *Shari'a* ao código penal, que passou a criminalizar e submeter à pena de execução, qualquer oposição ao governo islâmico (Johnson, 2003, p 128). Esse crime, conhecido como apostasia, é tipificado pelo art. 126 do código penal sudanês. Afirma o artigo:

“Section (1) Any Muslim who promotes the forsaking of the creed of Islam or who declares openly having forsaken it by a clear statement of an unequivocal act shall be deemed of a perpetrator of the offence of apostasy” (Apud Johnson, 2003, p. 128).

Em suma, todo aquele que se opuser ao Islã se opõe automaticamente ao governo (e vice-versa), constituindo assim uma ameaça ao Estado, que deve ser imediatamente extirpada do tecido social.

O projeto de arabização e islamização do Estado proporcionou, portanto, o avanço de políticas de homogeneização nacional. Essas políticas visavam forjar a formação de uma identidade nacional capaz de evitar a desintegração do território nacional e consolidar a legitimidade da soberania sudanesa. Assim sendo, a identidade nacional sudanesa buscou se estabilizar por meio da construção de uma alteridade vista como uma ameaça ao Estado e à identidade nacional árabe-islâmica a ser preservada.

¹⁰² Após o golpe, al-Bashir mudou o nome da FNI para “National Congress Party” com vistas a diminuir a militância islâmica do nome do partido, já que essa nomenclatura estava causando afastamento de alguns países como os EUA, por exemplo (Jok, 2007).

4.2.

O genocídio em Darfur: contexto do conflito, formação de identidades e políticas genocidas

A região de Darfur está localizada no oeste do Sudão nas fronteiras do país com o Chade, a Líbia e a República Centro-Africana¹⁰³. Darfur é uma região composta por diversos grupos nativos como os Fur, os Masalit e os Zaghawa. Há ainda a presença de outros grupos que se auto-identificam como árabes, tais como os Rezeigat (ao qual pertencem os Baggara), os Abala, Mahamid, Zeilat, Beni Hussein, etc. (AI, 2004a, p. 4).

O genocídio em Darfur é comumente definido como um conflito entre os árabes nômades da região e os grupos sedentários “não-árabes”¹⁰⁴ - também chamados de “africanos”¹⁰⁵. De fato, a distinção entre “árabes” e “não-árabes” é problemática, uma vez que tais identidades são fluidas e acinzentadas na prática.

Conforme destaca Alex De Waal, é necessário ter em mente que os povos árabes de Darfur são “(b)lack, indigenous, African and Muslim – just like Darfur non-Arabs” (De Waal, 2004 apud Campbell, 2007, p. 363). Ambos os grupos possuem praticamente a mesma cor de pele, praticam a mesma religião e, em geral, falam árabe¹⁰⁶. No entanto, apesar disso, o conflito tem sido marcado principalmente pelo embate entre grupos nômades, que se identificam com a identidade árabe, e pelos grupos rotulados como “não-árabes” (Fur, Masalit e Zaghawa), que são sedentários¹⁰⁷.

Todos os grupos de Darfur são muçulmanos sunitas e, vale destacar que, tendo em vista a grande miscigenação na área, é muito difícil identificá-los meramente por meio de traços físicos (Jok, 2007, pp. 120-121). Muitos árabes de Darfur eram assim considerados não por suas características físicas, mas por

¹⁰³ Conforme apontado anteriormente, o território foi incorporada ao Sudão apenas em 1916. Antes disso, Darfur era um sultanato dominado pelo grupo Fur. Para uma história detalhada do Sultanato Fur bem como das raízes responsáveis pela formação do Estado do Sudão antes e durante os períodos coloniais ver Prunier, 2005.

¹⁰⁴ Os Fur e os Masalit são predominantemente fazendeiros sedentários e os Zaghawa, pastores de camelos que também desenvolvem atividades agrícolas. Já os grupos árabes costumam ser pastores nômades, criadores de camelo, cabra e, em alguns casos, gado.

¹⁰⁵ De acordo com a Anistia Internacional, “The “Arabs are composed mainly of nomad groups, who would claim “Arab” descent and speak Arabic and the “Blacks” or “Africans”, those who are not of Arab descent and speak their own local languages” (AI, 2004a, p. 4).

¹⁰⁶ A utilização da língua árabe, vale destacar, é mais fruto da imposição estatal do que uma característica local dos grupos de Darfur, conforme já apontamos anteriormente. Boa parte dessa população ainda fala suas línguas nativas em casa ou entre si (PHR, 2006, p. 1).

professarem o Islã, falarem árabe e adotarem essa cultura (Lebor, 2006, p. 140). Além disso, as identidades desses grupos sempre foram marcadas pela fluidez. Há, de acordo com De Waal, registros de Fur absorvidos como Baggara por passarem a desempenhar atividades nômades e pastoris¹⁰⁸ e a adotar a língua árabe, ou vice-versa (De Waal, 2005, p. 194).¹⁰⁹

Assim sendo, essas identidades costumavam estar mais baseadas na auto-identificação do que em critérios objetivos. No mesmo sentido, concorda Jok:

“In Sudan, ‘Arab’ refers less to the appearance to which we usually affix stereotypical Arab physical identity, and more to a state of mind, as well as politicization of race (*sic*). There are many Arabized populations within Sudan who may or may not look Arab as we understand that race (*sic*) in the Arab Middle East but are completely Arab in their behavior, cultural and religious loyalties” (Jok, 2007, p. 119-120).

De fato, autores como De Waal, Jok e Prunier concordam em que, apesar de a classificação desse conflito como uma disputa entre “árabes” e “africanos” ser, no mínimo, simplista, tendo em vista a fluidez e as características comuns a essas coletividades, a questão identitária possui um efeito crucial para o desencadeamento e a dinâmica atual em Darfur.

Nas palavras de Campbell:

“While the political cleavages have thus been present for some time in Darfur, the scale of the conflict post-2003 has been greater than before because of the hardening of the identity categories and the militarization of Arab supremacist position” (Campbell, 2007, p. 364).

A dicotomização entre as categorias “árabes” *versus* “não-árabes”¹¹⁰, englobando, cada uma, grupos tão diversificados, foi possível, portanto justamente a partir da difusão de uma ideologia calcada na supremacia árabe que passou a informar as políticas do Estado e a exacerbar essa divisão identitária.

¹⁰⁷ Com exceção dos Zaghawa, que são pastores semi-nômades.

¹⁰⁸ Muitos Fur, por exemplo, tornaram-se semi-nômades e deixaram suas fazendas com seus animais e, por isso, passaram a ser considerados “Fur migratórios” ou “Fur El Baggara” (De Waal, 2005 [1989], p. 50).

¹⁰⁹ Esse tipo de fluidez também já havia sido registrada em Ruanda entre Tutsis e Hutus (Mandani, 2002, p. 89)

¹¹⁰ Preferimos aqui adotar a terminologia “não-árabe”, ao invés de africana, para se referir aos grupos que são vítimas do genocídio em Darfur. Isso porque, conforme já citado anteriormente

Dessa forma, essa categorização não é resultado natural de diferenças identitárias inerentes a esses grupos, mas fruto de políticas governamentais de Cartum no sentido de “dividir para governar”, que trouxeram à tona identidades antes irrelevantes (Cf. Campbell, 2007).

O projeto de arabização e islamização do governo criou a oportunidade para que os árabes fossem enquadrados discursivamente como superiores aos não-árabes e clamassem seus direitos e a subjugação dos não-árabes com base nessa superioridade. Essa ideologia, somada ao contexto político de marginalização da região, forneceu o combustível necessário para a eclosão de um conflito. Conforme destaca Lebor:

“The NIF’s policy of Arabization, like Milosevic’s ‘serbianization’, allowed Khartoum to fracture a multiethnic society and introduce concepts of racial and ethnic polarization that had no real roots in the community. Just as Yugoslavs forced to define themselves as Serbs, Croats, or Bosnian Muslims, black Africans ‘became’ Arabs because they were Muslim and spoke Arabic. Those who rejected Arabization were dismissed as mere ‘Africans’ or worse. ‘Divide-and-rule’, even when the divisions were synthetic and introduced by force, was still powerfully effective”. (Lebor, 2006, p. 140)

4.2.1 Raízes históricas e antecedentes do conflito

Apesar de pertencer fisicamente ao norte do Sudão, Darfur também era uma região negligenciada pelo governo central desde a sua incorporação ao território, em 1916. Essa marginalização fica evidente, por exemplo, quando analisamos dados desse período. O relatório “Darfur - Assault on Survival: A Call for Security, Justice and Restitution” da organização Physicians for Human Rights (PHR, 2006) aponta que, até 1939, Darfur não possuía nenhuma maternidade, (enquanto 17 funcionavam no Sudão) e possuía apenas uma escola (enquanto o Sudão, no total, possuía 23) (PHR, 2006, p. 9). Essa discriminação, vale dizer, não foi modificada com a independência do país, em 1956.

Além da falta de recursos, após a anexação do território pelos britânicos, Darfur sofreu uma reestruturação administrativa que provocou profundas mudanças em seus moldes tradicionais de organização. A principal dessas

ambos os grupos são africanos e a denominação “não-árabe” consegue definir bem a alteridade definida em oposição ao “self” árabe, que é perseguida pelas políticas genocidas.

modificações foi a demarcação de fronteiras territoriais realizada pela administração colonial para concentrar geograficamente cada grupo identitário.

Esses territórios, conhecidos como *Dar*, eram definidos com o objetivo de que cada grupo “étnico” exercesse domínio exclusivo em sua própria área previamente fixada. Assim foi instituído um *Dar* para cada coletividade sedentária como o *Dar Fur*, o *Dar Masalit*, etc. Os grupos nômades (árabes), entretanto, ficaram sem ter seu próprio *Dar*. Todavia, com base em direitos costumeiros, essas coletividades continuavam migrando periodicamente por esses territórios, negociando com os proprietários das terras o uso de pastagens e poços (Jok, 2007, p. 124). Assim, a despeito dessa demarcação, que foi mantida pelo Estado pós-colonial, os grupos sedentários e nômades sempre conseguiram conviver de maneira relativamente pacífica por meio de acordos temporários sobre o uso de recursos.

A década de 80, no entanto, foi marcada pela ocorrência de fortes secas que contribuíram para a desertificação de algumas regiões de Darfur. As secas levaram parte da população nômade do norte, especialmente os membros do grupo árabe Baggara, a se deslocar para o sul, que está ocupado principalmente por grupos sedentários de agricultores. Com a escassez de recursos oriunda das secas, os conflitos começaram a se intensificar.

É interessante destacar que esses conflitos não eram inexistentes no passado, mas sempre conseguiam ser resolvidos por meio de mecanismos locais de solução de controvérsias. No entanto, a partir de sua ascensão ao poder, Omar al-Bashir dissolveu esses mecanismos para centralizar a resolução dessas disputas e exercer mais controle sobre a região (Jok, 2007, p. 123).

A tensão se intensificou ainda mais a partir da reorganização administrativa da região, realizada em 1994, que dividiu Darfur em três estados: Darfur Ocidental, Darfur do Norte e Darfur do Sul. Essa divisão permitiu que o grupo Fur ficasse mais diluído entre os três novos estados, dificultando, assim, a consolidação da sua força política e aumentando o controle do governo central nos territórios (Jok, 2007, p. 133; Campbell, 2007, p. 364). Essa divisão administrativa serviu também para facilitar a distribuição de cargos da administração como recompensa aos seguidores do governo (Campbell, 2007, p.

364). Tal situação intensificou ainda mais o desconforto entre o governo e a população local¹¹¹.

4.2.2 Militarização, Arabismo e o contexto regional

Como resultado desses novos desdobramentos, é possível identificar em Darfur uma insatisfação generalizada com o governo, que se eximiu de tentar resolver diretamente os conflitos gerados pela seca e pela fome dela oriunda. Ao invés disso, o governo estimulou o armamento de alguns grupos árabes nômades para que eles atuassem na área em prol dos interesses de Cartum.

A localização geográfica de Darfur entre as fronteiras da Líbia e do Chade também contribuiu para a militarização do conflito e para a polarização de identidades entre “árabes” e “não-árabes”. Tendo em vista o objetivo de Muammar Khadafi, chefe de Estado da Líbia, de formar um cinturão árabe na região do Sahel, Darfur foi usado como base para incursões militares da Líbia que tinham o objetivo de controlar o Chade.

É possível perceber a grande influência de Khadafi na região, principalmente a partir do final da década de 70, quando a Líbia passou a armar milícias árabes e a insuflar o arabismo na região. Com isso, o chefe do Estado líbio visava a formar uma legião islâmica com base no discurso da supremacia árabe para atuar na área a seu favor (Johnson, 2003, p. 139-140).

A influência da Líbia e do arabismo proporcionaram a formação, em 1987, da Assembléia Árabe¹¹² em Darfur, que redigiu uma carta ao então Primeiro Ministro do Sudão, Sadiq al-Mahdi, pedindo o maior reconhecimento político dos árabes de Darfur, tendo em vista a sua contribuição em criar uma “civilização na região” (Jok, 2007, p. 139; Campbell, 2007, p. 363).

A união entre os grupos árabes na busca por uma melhor representação em Darfur gerou demandas políticas e territoriais do grupo dirigidas à Cartum e baseadas no discurso de supremacia árabe. Esse fortalecimento político do

¹¹¹ Tendo em vista o clima político na região, em 2001, foi declarado estado de emergência em Darfur e, a partir desse momento, foram instituídas as cortes especiais, que ganharam o poder de fiscalizar e prender arbitrariamente qualquer pessoa suspeita de criticar o governo (AI, 2004a, p. 5).

¹¹² Em inglês, a organização é conhecida como “Arab Gathering”.

arabismo na região forneceu o espaço político para que os árabes do local adotassem cada vez mais uma postura de autoridade e superioridade e que, portanto, se vissem com mais direito do que o “Outro”, i.e., “ignorant, uncultured and ill-natured farmers” (Jok, 2007, p. 139).

Conforme destacam Jok e De Waal, a atuação de Cartum no sentido de permitir o armamento dos grupos árabes nômades apontou para a intenção do governo de “racializar o conflito” por meio de estratégias de “dividir-para-governar” (Jok, 2007, pp. 126-8; De Waal, 2005). Ao fragmentar a região politicamente, o governo impedia que os povos de Darfur se unissem para pleitear mudanças e, por conseguinte, acabassem por representassem uma ameaça mais significativa à segurança nacional e à integridade territorial.

Esse fator, somado ao contexto de negligência do governo central, provocou uma situação de ressentimento e desigualdade cada vez mais grave em Darfur. Assim, a violência estrutural imposta à região a partir do favorecimento do norte e dos árabes contribuiu para a polarização identitária gradual e o posterior desencadeamento da violência física.

Destarte, a exposição do local às dinâmicas de arabização foi provocando a polarização de identidades que antes eram marcadas por sua flexibilidade e multiplicidade. Esse contexto de insatisfação política¹¹³ culminou com a revolta

¹¹³ A distinção feita pelo governo islâmico entre os muçulmanos árabes como superiores *versus* muçulmanos “não-árabes” (juntamente com os não-muçulmanos) como cidadãos de segunda categoria gerou uma ruptura no movimento islâmico do país durante o governo de Bashir, que culminou no afastamento e na prisão de al-Turabi. Conforme já apontado anteriormente, Bashir subiu ao poder por um golpe promovido pela FNI, cujo principal mentor era al-Turabi, que foi então nomeado como porta-voz da assembléia nacional, até 1999. Nesse período, al-Turabi foi afastado e aprisionado a mando de al-Bashir, por ter tentando implementar medidas que limitavam o poder do presidente. Além de prender al-Turabi, al-Bashir mandou dissolver o parlamento e decretou estado de emergência no Sudão. Em resposta, al-Turabi criou um partido de oposição o *Popular National Congress Party* (PNCP). Uma das controvérsias políticas entre al-Turabi e al-Bashir se deve a uma controvérsia em relação à visão dos muçulmanos e do Islamismo. Enquanto o primeiro tentou expandir a base do Islamismo, que antes estava restrita ao Vale do Nilo, para incorporar outros grupos muçulmanos não-árabes pelo Sudão, incluindo os não-árabes, Bashir restringiu o seu projeto de governo à união entre islamização e arabização, defendendo a supremacia dos muçulmanos árabes (De Waal, 2005, p. 191).

Essa disputa entre os dois gerou uma ruptura no movimento islâmico que se refletiu em Darfur, já que o discurso de al-Turabi ganhou a simpatia dos Fur, Masalit e Zaghawas da região (Idem). Inclusive há a desconfiança de que al-Turabi esteja ligado aos movimentos rebeldes em Darfur, em especial com o JEM, que consiste em um grupo rebelde islâmico, tão ou mais radical do que o governo central, mas composto por muçulmanos não-árabes. Outra suspeita é que o PNCP e o JEM estejam ligados à divulgação do “Black Book”, um manuscrito anônimo publicado em 2000, que aponta estaticamente como os árabes ribeirinhos do norte centralizaram os recursos e os investimentos desde a independência, deixando de fora as demais regiões do país.

armada de grupos rebeldes não-estatais¹¹⁴, compostos por membros das coletividades “não-árabes” (Fur, Masalit a Zaghawa) que são constantemente atacadas na região, como o Justice and Equality Movement (JEM) e o Sudan Liberation Movement/Army (SPLM/A)¹¹⁵ contra o governo nacional.

4.2.3 O genocídio

Conforme aponta Jok, o conflito em Darfur é bastante peculiar em relação aos demais conflitos que marcaram o Sudão desde sua independência - como no sul do Sudão, nas montanhas Nuba e no sul do Nilo Azul. Essa peculiaridade se deve ao fato de que, ao contrário desses outros casos, Darfur pertence geograficamente ao norte do Sudão e todos os grupos envolvidos no conflito são muçulmanos sunitas (Jok, 2007). No entanto, “part of the problem is that the victims are not *Arabized* Muslims, because many indigenous inhabitants of Darfur maintain their core cultural ties with their respective ethnic groups” (Jok, 2007, p. 120 – ênfase no original).

O conflito atual em Darfur, que se desencadeou em um genocídio, se iniciou em 2003 com ataques do SLA/M, que posteriormente recebeu apoio do JEM, a alvos do governo. Os ataques dos rebeldes se iniciaram no mês de fevereiro, mas tiveram como ápice o ataque de 25 de abril ao aeroporto de Al-Fashir, em Darfur do Norte, pelo SLA, em protesto à marginalização da região e à falta de proteção do governo a vilas civis, que estavam sofrendo com os ataques de grupos nômades.

A ação dos rebeldes recebeu uma resposta desproporcional do governo central contra a população civil de Darfur. Nesse contexto, o Estado sudanês passou a atuar, portanto, não apenas restringindo o acesso de os grupos “não-árabes”, identificados como seus opositores, a recursos como também incentivando diretamente o ataque à população civil *Zurq*, construída como o “Outro/não-árabe” em relação ao “Eu/árabe”.

¹¹⁴ Conforme destacam Flint e De Waal, esses movimentos rebeldes se uniram mais pelo sentimento de marginalização da população de Darfur do que por ideais revolucionários em si (Flint e De Waal, 2005, p. 95 *apud* Campbell, 2007, p. 362).

¹¹⁵ O JEM é islâmico e o SLA é secular.

O governo do Sudão tem tentado despolitizar o conflito, alegando que a violência na região é fruto de uma disputa tribal por recursos. O governo alega ainda que o conflito se deve também à atuação mercenária de criminosos e ladrões. No entanto, apesar de negar o seu envolvimento, Cartum atua ativamente nos ataques ao lado das milícias árabes. A principal milícia, conhecida como Janjaweed (ou Janjawid)¹¹⁶, é a maior responsável por levar a cabo o genocídio contra os Fur, Masalit e Zaghawa¹¹⁷. De acordo com a Anistia Internacional:

“(...) the main perpetrators of violence against civilians and destruction of civilian objects in Darfur appear to be a militia aligned with and supported by the government army, known as “Arab militia” or the “Janjawid” (armed men on horses). The Janjawid have killed, tortured, arbitrarily arrested or detained civilians while they have burnt to the ground homes and even entire villages, burnt, stolen or destroyed crops and looted cattle”. (AI, 2004a, p. 3)

A atuação dos Janjaweed é extremamente organizada e se volta contra vilas civis e alvos não-militares, destruindo completamente a população local e o seu meio de vida enquanto as áreas ocupadas pelos grupos árabes são mantidas intactas (Hagan e Rymond-Richmond, 2009, p. 184)

Em sua atuação, o governo fomenta a propagação de um discurso de caráter identitário. Os perpetradores se declaram árabes, durante os ataques e se referem aos civis atacados por meio de construções identitárias pejorativas como *nuba* (negros), *abid* (escravos) e *kufaar* (infieis).

A racialização das identidades e a construção de alteridade ficam evidentes a partir dos depoimentos de testemunhas que declaram ter ouvido as seguintes frases dos perpetradores durante os ataques: “You are opponents to the regime, we must crush you. *As you are black, you are like slaves. Then the entire Darfur region will be in the hands of the Arabs.* The government is on our side (...)” (AI, 2004a, p. 12 – ênfase minha); “*We are the Arabs, we have the priority, you are the*

¹¹⁶ O termo Janjaweed significa “devils on horseback” (diabos a cavalo). A utilização de milícias árabes armadas pelo governo não é elemento inédito no Sudão. Governos anteriores já vinham armando os grupos árabes como os Miseriya e Rizeiqat. Essas milícias ficaram conhecidas como *murahleen* (ou nômades), que lutavam pelo governo islâmico em nome da unidade do Estado definida nos termos de uma *Jihad* (ou Guerra Santa) contra sudaneses não-árabes (Lyob e Khadiagala, 2006, p. 59 e 62). Há registros da atuação desses grupos em conflitos no sul e nas montanhas Nuba (Idem). Essa prática apenas continuou com o governo de Bashir. (Jok, 2007)

¹¹⁷ Há poucas informações sobre abusos cometidos pelos grupos rebeldes, o que não significa que esses abusos não ocorram. Entretanto, essas violações ocorrem uma escala muito menor e não há indícios de sistematicidade, ao contrário do que ocorre com os ataques levados a cabo pelos Janjaweed.

blacks” (AI, 2004a, p. 23 – ênfase minha); “You have no right to this piece of land” (HRW, 2004a, p. 15– ênfase minha).

O tratamento genocida da população “não-árabe” (referida pelos termos “You/Black/Slave”) é possível justamente em função da sua identidade ser discursivamente situada em um espaço moral distinto daquele ocupado pelo “self” nacional (“We/Arab”). Um exemplo disso é o fato de a população “não-árabe” ter a sua imagem constantemente associada à escravidão, ou seja, ocupando no imaginário árabe um espaço de inferiorização e desumanização.

Essa caracterização pode ser evidenciada, por exemplo, nos dizeres dos perpetradores reportados por uma testemunha à Anistia Internacional: “*Slaves! Nubas! Do you have a God? (...). We are your God! Your God is Omar Al-Bashir*” (AI, 2004b, p. 23 – ênfase minha). Ou ainda: “you *donkey*, you *slave*, we must get rid of you”; “All the people in the village are slaves, you make this area *dirty*, we are *here to clean the area*” (ADS, 2004 apud Hagan et al., 2009, p. 9 – ênfase minha); *Sudan is Arab*” (Idem, p.25 – ênfase minha). Assim, enquanto os não-árabes são construídos como “donkey/slave/dirty”, a identidade do perpetrador é conectada aos termos “Sudan/Arab/clean”, o que lhes posiciona em um discurso de autoridade em relação ao outro que, pela ameaça caracterizada por sua existência, é passível de atos de violência.

Esse tipo de construção reafirma a inferiorização dos povos nativos de Darfur em relação ao “Eu” árabe/civilizado, que possui todos os direitos e autoridade em relação ao Estado e às populações nele situadas.

Ao cercarem as vilas, as milícias Janjaweed (que na maior parte das vezes estão acompanhadas pelo exército sudanês) não distingue a população civil de possíveis rebeldes. A maioria dessas vilas, inclusive, não possui qualquer presença rebelde (HRW, 2004b).

As técnicas dos Janjaweed seguem um *mesmo padrão*: a milícia atua por meio de “operações de terra arrasada”¹¹⁸, que consistem na destruição completa das vilas civis e de todas as formas de subsistência do local. Assim, as milícias contaminam poços de água, queimam plantações, casas e outras construções, além de matarem ou roubarem todos os animais e saquearem todos os bens que não conseguem destruir.

¹¹⁸ Em inglês, essa tática é conhecida como “scorched-earth operations” (HRW, 2004b).

De acordo com a HRW:

“Sudanese government forces and Janjaweed have systematically attacked and destroyed villages, food stocks, water resources and other items essentials for the survival (...). Villages were not attacked at random, but were emptied across wide areas in operations that reportedly lasted for several days (...). Food storage containers and other items necessary for the storage and preparation of food were all destroyed” (HRW, 2004b, p. 26)

Muitas vezes, pouco antes dos ataques, as vilas são bombardeadas por aviões Antonov, que pertencem ao governo do Sudão. Os Janjaweed atacam após cercarem as vilas, pegando os civis desprevenidos para que eles não tenham tempo de fugir. Muitas vezes os ataques ocorrem em locais como mercados, onde a população está concentrada, ou após as rezas nas mesquitas com o objetivo de surpreender o maior número possível de pessoas (AI, 2004a, p. 9). A violência e os ataques se prolongam até que toda a população tenha deixado a vila. Em relação a esse ponto, é importante destacar que:

“In many traditional African cultures, social relationships and historical bonds to ancestors and the land are all considered vital to individual well-being. Displacement, defined as the loss of continuity and relatedness to place, results in feelings of aloneness, destitution, abandonment, alienation, and economic insecurity” (Gingerich e Leaning, 2004, p. 6 - Appendix II).

Durante os ataques, em que homens são preferencialmente mortos e mulheres são estupradas em massa, a população sobrevivente é obrigada a deixar suas vilas, o que cria uma multidão de pessoas internamente deslocadas (PIDs) e refugiados, cuja segurança continua sendo constantemente ameaçada pelos Janjaweed durante o seu percurso e até mesmo nas proximidades dos campos especializados em abrigar e teoricamente proteger essas populações (OCHA, 2008). Ou seja, mesmo após deixarem suas vilas e o próprio território sudanês, essas populações continuam sendo ameaçadas e perseguidas, o que demonstra que não se trata de um mero conflito por terras ou recursos, mas sim que a intenção é a destruição de certos grupos construídos como uma ameaça ao “Eu” nacional .

O “Office of the Coordinator of Humanitarian Affairs” (OCHA) estima que até janeiro de 2008 mais de 4,24 milhões de pessoas tenham sido afetadas pelo conflito, sendo que 2,420 milhões compõem a população de internamente deslocados (OCHA, 2008, p. 12).

Os Janjaweed atuam ainda controlando a circulação de pessoas e bens na região a partir da implantação de *checkpoints* nas estradas (HRW, 2004b, p. 41). Além de provocar o deslocamento e a morte de civis, o governo impede que a ajuda humanitária chegue aos atingidos. É constante o uso de manobras burocráticas pelo governo como, por exemplo, negar ou dificultar vistos a trabalhadores humanitários ou impedir o deslocamento de comboios com água, comida e medicamentos (PHR, 2006; AI, 2004a). De acordo com a Anistia Internacional, ao alegar insegurança e restringir o movimento de pessoas e de ajuda humanitária em Darfur, o governo consegue isolar cada vez mais a região (AI, 2004a, p. 20).

A organização Physicians for Human Rights (PHR) registrou inúmeros testemunhos que afirmavam que o governo estava impedindo que médicos sudaneses atendessem as vítimas dos conflitos nos hospitais (PHR, 2006, p. 10).

Destarte, os ataques de Cartum à população civil não são uma mera tática de contra-insurgência, mas sim de um genocídio dirigido às populações Fur, Masalit e Zaghawa da região. É possível afirmar que a violência em Darfur evoluiu para um genocídio em função dos seguintes aspectos. Primeiramente, o governo sudanês nega, desde a formação do Estado, a cultura e a identidade do “Outro” por meio de políticas de homogeneização cultural que visam à supressão da alteridade para a imposição da identidade nacional. Além dessas medidas, há a atuação por meio de padrões sistemáticos de violência que pautam o comportamento dos perpetradores, o que demonstra um plano de destruição muito bem articulado que, pelas técnicas utilizadas, apontam a intenção de destruição do grupo atacado. A existência de uma grande massa de deslocados e refugiados, além dos massacres e estupros, alteram profundamente a composição identitária local (HRW, 2004b, p. 40).

Ademais, destaca-se o fato de os Janjaweed estarem muito bem armados e bem equipados e, em alguns episódios, aparecerem uniformizados e organizados em brigadas, que se utilizam de equipamentos do exército sudanês. Esses aspectos, além de demonstrarem um alto grau de organização, indicam também para a participação do governo no fornecimento de materiais e de incentivos para a realização de medidas que impeçam a sobrevivência dos grupos-alvos¹¹⁹.

¹¹⁹ “These brigades are organized along the lines of the Sudanese army and headed by officers who wear the same strips as generals in the regular army (...). They drive the same Land Cruisers as the

Os relatórios de organizações internacionais detectam de maneira unânime a existência de padrões sistemáticos e em larga escala de ataques realizados pelas milícias Janjaweed em conjunto do exército do Sudão, tendo como foco a população “não-árabe” de Darfur (PHR, 2006). A intenção de destruição do grupo atingido fica evidente não apenas pelo *modus operandi* dos perpetradores, que torna inviável a continuidade da vida dos grupos, como também pelas próprias alegações dos Janjaweed. Como exemplo, citamos o seguinte relato de uma testemunha: “They rode into the village and were screaming, ‘*Exterminate the Fur, kill the Fur*’” (PHR, 2006, p. 25 – ênfase minha).

4.2.4

A Teoria e a Prática: Revisitando as contribuições pós-estruturalistas no genocídio de Darfur

A islamização da política no Sudão legitimou a adoção de políticas que criaram uma divisão da cidadania e do acesso aos recursos baseada na dicotomia entre “believers/masters and unbelievers/slaves” (Iyob & Khadiagala, 2006, p. 51), trazendo de volta imagens da supremacia árabe e da escravização dos povos nativos de Darfur. Assim, a ideologia adotada pelo Estado passa a demarcar fronteiras “entre os que se definem membros da política e aqueles por ele demarcados como objeto de violência...”, gerando um quadro de violência estrutural que marginalizou e silenciou os grupos “não-árabes” (idem, p. 46). Essa política de exclusão se deu sobre linhas identitárias e acabou por reforçar essas divisões e a identificação dos grupos com essas identidades dicotomizadas.

Tendo em vista que identidades e políticas são constitutivamente e performativamente (re)produzidas (Hansen, 2006), o uso da violência estrutural contra grupos identificados com a alteridade reforçou, por um lado, as fronteiras de diferenciação entre “árabes” versus “não-árabes”, mobilizando toda sorte de discriminações políticas por parte do Estado. Por outro lado, essa discriminação provocou a identidade pela aproximação¹²⁰ entre os grupos tidos como “não-árabes”, já que, conforme aponta Hansen (2006), a identidade, para se formar, não precisa de uma alteridade radical, mas pode ser constituída de outras formas

army (...). They carry the same Thuraya satellite phones as senior armed offices” (HRW, 2004b, p. 45).

¹²⁰ A idéia de identidade por aproximação foi extraída de Messari, 2001, p. 227.

como, por exemplo, pela identificação de sofrimentos e marginalização em comum.

A exclusão dos “não-árabes” gerou a aproximação e a identificação entre esses grupos marginalizados de Darfur (Fur, Zaghawa and Masalit), que passaram a ser organizados a partir da identidade africana (Campbell, 2007, p. 365). Nesse contexto, o termo *Zurq*, utilizado de maneira humilhante pelos árabes em relação aos não árabes, foi redefinido por esses grupos por meio de atributos positivos que ligavam o termo a uma declaração não apenas de solidariedade entre seus membros, mas também funcionava como “a declaration of aboriginality and land ownership in the face of dispossession and displacement” (Campbell, 2007, p. 365).

Esse quadro proporcionou a cristalização gradual das diferenças entre “árabes” e “não-árabes”, gerando revolta por parte de grupos, que, mesmo tão diversos, passam a se identificar em função da sua marginalização e a se agrupar em movimentos rebeldes para lutar pela reformulação do Estado¹²¹. A reação dos rebeldes repercutiu no governo central, que se utiliza então da violência física e estimula o discurso do medo acerca da existência de uma alteridade ameaçadora e inferior passível de ser aniquilada.

Em Darfur, portanto, islamização do Estado, a modificação forçosa dos modos de convivência entre esses povos e os freqüentes ataques sofridos por civis acarretaram uma dinâmica de medo, capaz de cristalizar diferenças identitárias que antes sequer se pronunciavam. A partir disso, há a formação de alteridades, que vão se tornando gradualmente inassimiláveis, legitimando opções políticas violentas para lidar com esse “outro”.

Essa alteridade foi caracterizada pela classificação pejorativa desses grupos “não-árabes” como “escravos”, “negros”, “infiéis” ou ainda como “below fourth

¹²¹ Tal situação possibilitou a polarização dos grupos locais e a formação de identidades que antes não tinham importância no contexto da política local como, por exemplo, “africanos” e “não-árabes”, que se afirmavam em oposição ao projeto árabe-islâmico. Nas palavras de um comandante da SPLA, em entrevista dada ao autor Jok Madut Jok: “In the past, our people never used to talk about being African or Christian or non-Arab because they did not need to prove to anyone what their identity was. (...) But since 1983, it has become a question of showing the government and its Muslim zealots that we are proud of our identity and do not want anybody to change us. This insistence of northern rulers that our country must become Arab or Muslim has only created a sense of extremism to prove the opposite (...)” (Jok, 2007, p. 78).

class citizens”¹²², que não são sudaneses de verdade e que são referidos ainda por frases como: “they don’t look like us Northerners” (apud El Zobier, 2007)¹²³.

Esse “Outro” construído de maneira desumanizada assegura a identidade nacional que tenta ser estabelecida como norma pelo Estado sudanês ao delimitar o espaço identitário do “Eu”. Essa diferenciação entre o “Eu” e o “Outro” naturaliza construções identitárias que, na verdade, são historicizadas e problemáticas (Campbell, 1998a, p. 132). Essa prática de delimitação identitária entre o “Eu”, identificado como cidadão pelo Estado, e o “Outro”, que não possui os mesmos direitos e deve ser excluído, é oriunda das estratégias de “homogeneização patológica” do Estado moderno. Conforme já exposto anteriormente, essas práticas surgem a partir de um desejo de organização, domínio e supressão das diferenças pela violência, comuns à modernidade (Rae, 2002; Campbell, 1998a, p. 198). Ou seja, como a uniformização identitária em uma dada entidade territorial dificilmente é alcançável na prática, o Estado nacional adota condutas de violência para conseguir pela força a homogeneização da população nacional construída como um ideal do Estado moderno (Rae, 2002)

Tendo em vista que política e identidade estão “ontologicamente interligadas” (Hansen, 2006, p. 21), a construção da violência estatal e de políticas genocidas se articulam de modo a produzir e reforçar identidades relacionais, sociais e políticas (Idem). A linha divisória entre “árabes” e “não-árabes” está, portanto, estreitamente relacionada com as políticas excludentes implementadas pelo Estado do Sudão, ou seja, ao tratamento violento e discriminatório que esse Estado dispensou a seus povos (Jok, 2007; Campbell, 2007). Essas identidades, por sua vez, inserem as políticas dentro de uma ótica interpretativa que determina e legitima opções políticas. Assim, as políticas estatais que privilegiam uma determinada elite árabe como a detentora de recursos produziu a divisão entre os

¹²² Essa última denominação foi citada em uma entrevista dada pelo Professor Hassan Makki, presidente do Centro de Estudos Africanos da Universidade Internacional da África em Cartum, transmitida pela rede de televisão Al-Jazeera, em julho de 2007. Nessa entrevista, os campos de internamente deslocados no Sudão foram descritos como uma “dangerous black-belt zone” e os povos de Darfur, do Sul do Sudão, e das montanhas Nuba, afetados pela violência estatal, foram descritos da seguinte forma: “They are not even second or third or fourth class Sudanese, they are below that” (apud El Zobier, 2007). Uma reportagem do *Sudan Tribune* denunciou esse ato de preconceito e a desumanização desses povos, que sofrem perseguições de seu próprio governo e, por isso, são obrigados a buscar asilo em outros Estados como Israel, por exemplo (Idem).

¹²³ Nesse sentido ver: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article22933>

árabes como detentores e os não-árabes como excluídos e abriu opções para lidar com a diferença.

Essas políticas, vale dizer, influenciaram também o modo como esses grupos passaram a se perceber diante das políticas estatais, reforçando essas identidades contingentes (Jok, 2007, p. 124). Esse processo mais complexo é capaz de nos apontar para a possibilidade de mudanças de identidades e de sua relação com o “Outro”.

Ainda que a divisão entre “árabes” e “não-árabes” em Darfur tenha sido, no passado, uma diferença “menos que radical” (Hansen, 2006), com semelhanças físicas, culturais, lingüísticas e/ou religiosas, essa relação se transformou gradualmente em uma alteridade radical tal qual teorizada por Campbell. A polarização identitária oriunda desse processo cristalizou diferenças que antes eram tidas como fluidas e passam a articular a relação de animosidade e violência entre as partes do conflito.

Assim sendo, a violência estrutural inicialmente permitiu o início de um processo de cristalização de identidades fluidas, que se solidificam ainda mais a partir da autorização da violência física e direta pelo Estado Sudanês. A violência possui, por conseguinte, um papel constitutivo e performático na produção de novas identidades de modo que não é a diferença identitária em si que causa a violência (direta ou indireta), mas é o uso da violência que polariza e cristaliza a formação de novas identidades, reforçando o ciclo de violência e discriminação (Campbell, 2007, p. 365). Nas palavras de Campbell:

This production of lines of difference along the ‘Arab’/ ‘African’ axis, and its adoption by various groups that do not fit naturally into this dualism, demonstrates how fixed and exclusive renderings of identity are the product, rather than *the a priori* condition, of large-scale violence. (Campbell, 2007, p. 365)

A contribuição pós-estruturalista aplicada ao caso de Darfur permite, portanto, apontar como a convivência prévia entre alteridades pode oscilar de modo que uma diferença menos radical possa se transformar em uma identidade intolerável e inassimilável pelo “Eu” a partir de representações políticas que legitimam a violência e a aniquilação como opção possível.

Cabe destacar ainda que para alguns autores, Darfur é um caso de genocídio ambíguo, já que não há evidências suficientes acerca da existência da intenção de destruir os grupos atacados por parte do governo sudanês (Prunier,

2005; ICID, 2005) Outros autores defendem ainda que sequer haja um conflito identitário, já que os grupos envolvidos compartilham características tais como a religião, cor de pele e, em alguns casos, língua e sempre conviveram e se relacionaram de maneira predominantemente não-conflitiva. De acordo com essa visão, o conflito, na verdade, seria uma disputa por distribuição de recursos (Johnson, 2003, p. 145). Assim, o conflito do Sudão seria mero fruto da “expropriação de terras por uma elite dominante” (Iyob e Khadiagala, 2006, p. 46).

No entanto, além de despolitizante, esse tipo de argumento ignora por completo o processo social de genocídio, cuja identidade perseguida é criada pelo perpetrador no contexto concreto, independentemente da existência objetiva desses grupos. Segundo Campbell, a partir dos tribunais de Ruanda e da ex-Iugoslávia, o Direito Internacional reconheceu que “collective identities are social constructions not social facts (...)” e abriu espaço para o entendimento de que a violência é “produtora de identidades” (Campbell, 2007, p. 376). Ou seja, “the performative element (is) at the heart of genocidal violence” (Idem, p. 377), i.e., é a estigmatização de um grupo que passa a ser perseguido que define o crime (Idem).

Ademais, é necessário atentar para o fato de que essa política de exclusão levada a cabo por Cartum não objetiva apenas controlar esses recursos, mas negar por completo as condições de sobrevivência do “Outro” (Johnson, 2003, p. 151). Ou seja, o “Outro” é submetido a condições de vida capazes de acarretar a sua destruição, tanto indiretamente – pela negligência de ajuda - quanto diretamente – pela violência física. Tal conduta é prevista como um ato de genocídio ao consistir na “submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial”¹²⁴ e está de acordo com o processo sociológico de genocídio de perseguição do “outro” em função de sua identidade tendo como objetivo um ideal de homogeneização política.

A distribuição de recursos atua, portanto, como mecanismos de exclusão levado a cabo por políticas governamentais enviesadas. Assim como os recursos, o meio-ambiente, ou seja, a desertificação, não constitui o conflito em si, mas o aguça a sua potencialidade a partir da sua interação com outros fatores. Foi

¹²⁴ artigo II, alínea “c” da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime Internacional de Genocídio (ONU, 1948).

exatamente o que ocorreu em Darfur onde a desertificação e a seca atuaram como fatores exacerbadores em um contexto de políticas discriminatórias do governo central, já que as identidades determinavam quem tinha maior acesso a oportunidades econômicas, políticas e sociais (Johnson, 2003, p. 145).

Da mesma forma que os recursos não causam o conflito, as diferenças identitárias por si só não são capazes de provocar o choque entre os grupos. O caráter anti-fundacionista das identidades nos aponta que os conflitos identitários não são frutos das diferenças identitárias fixas ou naturais ou ainda de “ódios antigos”, mas sim de “contingências históricas mobilizadas para objetivos políticos presentes”¹²⁵ (Campbell, 1998b, p. 86).

No caso do Sudão, essa contingência foi propiciada pela forma com que foi instituída a islamização do Estado quando a identidade do “eu” passa a ser (re)afirmada pela superioridade em relação ao “outro”, incivilizado, bárbaro, inferior, que não compartilha da mesma identidade árabe-islâmica.

As categorias identitárias formadas por esses discursos de hierarquização situam esses grupos representados como o “outro” fora da “cartografia moral” destinada ao grupo do “self” (Hansen, 2006a, Campbell, 1998a) que permitem apontar para o tratamento diferenciado que será destinado ao “outro”. Por seu *status* inferiorizado, o “outro” torna-se excluído do “espaço moral” do “eu” nacional, o que permite, portanto, uma conduta de autoridade e violência em relação a alteridade (Shapiro, 1988, p. 102). Messari exemplifica a existência dessa diferença radicalizada nos casos, por exemplo, do Holocausto, da Bósnia e de Ruanda, afirmando que: “In all three cases, these nonselves were totally outside any moral inhibition, and genocide could be perpetrated because it was then an existing option” (Messari, 2001, p. 235). Esse mesmo padrão justifica a possibilidade do desencadeamento do genocídio em Darfur.

A construção desse “outro” rebelde, que coloca em xeque a unidade nacional e a ordem islâmica vislumbrada para esse Estado, legitima, portanto, a autorização do uso da força e, por sua vez, determina as opções políticas possíveis para lidar com essa alteridade (Campbell, 1996).

É necessário considerar, portanto, que há uma relação indissociável entre o aspecto material do conflito e o seu caráter ideacional. Assim, o caráter material

¹²⁵ Tradução livre.

do conflito passa a ser identificado de acordo com percepções identitárias que, por sua vez, informam as articulações com o material (Hansen, 2006, p. 22). A análise aqui realizada percebe a construção mútua e co-constitutiva de ambas as dimensões que dão “sentido à materialidade ao se basearem em conjuntos particulares de construções identitárias”¹²⁶ (Hansen, 2006, p. 23).

Em suma, o crime de genocídio se constitui nesse caso pela construção discursiva de uma alteridade inassimilável que depende da construção que o “eu” faz do “outro”. A partir dessa radicalização, o “outro” passa a ser tratado como um “radical nonself” (Messari, 2001, pp. 234-235), ou seja, como essa alteridade desumanizada e animalizada e, portanto, passível de ser tratado de maneira violenta por sua diferença (Campbell, 1998a). Essa diferenciação, conforme já apontado, independe de uma existência “objetiva” entre identidades “árabes” e “africanas” em Darfur, já que, a própria demarcação de identidades é marcada pelo fluxo, ambigüidade e violência (Campbell, 1998a, p. 71). Assim, ainda que as identidades em jogo convivessem de maneira relativamente pacífica em um momento anterior e que suas fronteiras identitárias fossem acinzentadas e pouco óbvias, como ocorria em Darfur, “in such discourses (of danger), there are no gray areas, no complexities, no historicized understandings, no doubts about the self, and no qualms about the nature of response” (Campbell, 1998a, p. 86).

A importância de reconhecer o genocídio em andamento está justamente em politizarmos o conflito e, conseqüentemente, perceber como a violência se dá de maneira seletiva e organizada em relação a grupos selecionados pelo perpetrador. Conforme destaca Campbell, classificar o conflito simplesmente como uma disputa “étnica” pode sugerir uma leitura acerca de um conflito insolúvel, comum e natural àqueles povos (Campbell, 2007, pp. 376 e ss.). O genocídio, por sua vez, implica ação e responsabilização ao reconhecer a existência de um plano político responsável por colocar em prática atos de violência com o fim específico de tornar inviável a vida de milhões de civis em função de uma identidade que lhes é atribuída.

Nesse sentido, esse trabalho se baseia no pós-estruturalismo ao apontar como há uma diferenciação discursiva de caráter identitário em Darfur, que cria uma realidade diferenciada e polarizada entre grupos. Dentro desse contexto de

¹²⁶ Tradução livre.

alteridades inassimiláveis, o presente trabalho se propõe a investigar como as identidades de gênero se articulam com a identidade do “outro” em Darfur de modo a permitir a utilização de diferentes padrões *sistemáticos* de violência contra o gênero, adotados em larga escala, nesse genocídio.

4.3 As relações de gênero no Sudão

São escassas as contribuições acerca das construções de gênero no Sudão, o único trabalho que se dedica de maneira específica ao tema é o livro “One foot in Heaven: Narratives on Gender and Islam in Darfur, West-Sudan” de Karin Willemse (2007). A obra é fruto de uma pesquisa de campo realizada pela autora em Darfur e, a partir dela, destacaremos as construções locais de masculinidade e feminilidade. Conforme aponta Willemse, ao iluminar as construções locais de gênero não estamos afirmando que todos os homens e mulheres se encaixam de maneira passiva e automática nesses estereótipos, ou seja, não estamos negando aqui, de forma alguma, a capacidade de resistência desses grupos (Willemse, 2007). No entanto, o nosso foco é perceber como os discursos de gênero criam dicotomizações que tentam ser impostas de maneira forçosa e violenta nesses sujeitos na tentativa de homogeneizar papéis que se enquadrem na (re)produção de uma identidade nacional sudanizada.

Segundo Karin Willemse, após o golpe de 89, é possível observar em Darfur a intensificação de um “discurso moral de gênero” levado a cabo pelo novo governo. Durante a sua pesquisa de campo, a autora presenciou uma série de discursos públicos de autoridades do governo que se endereçavam diretamente às relações de gênero, especialmente no que diz respeito ao papel que a mulher deve desempenhar (Willemse, 2007, p. 52 e 56). O discurso abaixo, por exemplo, foi registrado durante a sua pesquisa na cidade de Kebkabiya, em Darfur do Norte, e consegue representar como o Estado sudanês organiza, em seu discurso oficial, as relações de gênero.

“Heaven is very near for women, *al-nisa*, but our disobedience to our husbands, not respecting them is the cause that takes us away from heaven . We can’t sense heaven unless we respect our husbands and obey them (...). Darfurian women especially are always looking down upon men (...). A woman has three places: in her father’s house, in her husband’s house or in her grave...A man is stronger

than a woman in many things. He has to look after his wife and children by providing all necessities in the house with his money and the woman; she has to look after her children and to take care of the house, to clean it. She has many duties in the house. But if doesn't obey her husband, she will not go to heaven. If she prays but doesn't obey her husband, she will not go to heaven" (discurso de Sitt Huda apud Willemse, 2007, p. 57-58).

As mulheres, portanto, são construídas como passivas e devem obediência completa a seus maridos e é isso que garante a elas o seu acesso ao "paraíso". Não importa como elas ajam diariamente, sua salvação depende principalmente do cumprimento dos seus deveres como dona de casa, mãe e esposa. Seu lugar é a esfera privada, enquanto a seu marido, mais forte do que ela, cabe o sustento da casa e da família, o trabalho e o poder de decisão.

A islamização do Estado passou a interferir, portanto, ativamente na construção não apenas da identidade sudanesa, mas também na ordem social de gênero, apontando o lugar social que os homens e mulheres deveriam ocupar nessa sociedade. O Estado atua, por meio de medidas públicas e discursos morais, no sentido de naturalizar e organizar essas relações e os papéis nos quais homens e mulheres devem se encaixar na sociedade islâmica idealizada pelo processo de sudanização (Idem, p. 431). Dessa forma, é possível perceber, conforme já apontado, como o Estado padroniza as relações sociais por meio de uma ordem naturalizada de gênero, socializando homens e mulheres conforme construções pré-estabelecidas que os conectam a perspectivas essencializadas e dicotomizadas de masculinidade e feminilidade.

O governo sudanês pós-89 passou, por exemplo, a subsidiar vestimentas consideradas mais adequadas para as mulheres. A partir disso, as mulheres eram estimuladas a usar os véus iranianos, impostos pelo governo islâmico, e a deixar de usar os *thobes*, roupas tradicionais que são mais coloridas e de um tecido mais leve (considerado pelo governo mais transparente) do que as novas vestes oficiais (Willemse, 2007). Ademais, as mulheres foram proibidas de viajar sozinhas, de usar perfumes, maquiagens, jóias ou roupas que possam expressar algum grau de sedução (Idem, p. 56 e ss.).

O processo de islamização do Estado também restringiu significativamente as atividades econômicas que as mulheres poderiam desempenhar. Após o golpe, o governo demitiu mulheres ou aposentou antecipadamente aquelas que

ocupavam cargos altos na burocracia estatal (Idem, p. 419). Outro ponto importante relativo às construções de gênero no Sudão e que também se intensificou a partir da adoção da *Shari'a* está na desvalorização do testemunho de uma mulher. A palavra de uma mulher em testemunhos possui menos valor do que o depoimento de um homem, da mesma forma que como o testemunho de não-muçulmanos passou a valer menos do que o de muçulmanos (Johnson, 2003, p. 129). Dessa forma, é possível perceber que a sudanização da identidade criou uma hierarquia que coloca no topo os homens árabes-muçulmanos em detrimento de homens dos outros grupos e mulheres em geral. Assim, a masculinidade árabe-muçulmana é colocada como a norma, ou seja, como masculinidade hegemônica, que está no topo da hierarquia social que deve organizar o Estado.

Essas medidas foram ainda mais drásticas em Darfur. Willemse presenciou ainda durante a sua estadia a proibição estatal de que as mulheres pudessem continuar desempenhando algumas atividades econômicas como a venda de chá e outros produtos no mercado local para complementar a renda familiar. De acordo com o governo sudanês, essas atividades eram prejudiciais à ordem pública porque expunham as mulheres em público e abriam espaço para que elas atraíssem e seduzissem os homens estranhos (Idem, p. 16).

Com o objetivo de implantar hábitos mais adequados aos princípios islâmicos, o governo justificou tais medidas a partir desses discursos morais que colocavam a mulher como a “base da sociedade”, responsável pela educação moral dos futuros cidadãos. A construção idealizada da mulher sudanesa e as restrições ao seu comportamento, vale destacar, estão bastante relacionada com o processo de “sudanização” da identidade destacado anteriormente (De Waal, 2005; O’Fahey, 1996; Prunier, 2005, p. 12). Nas palavras De Waal, “The Darfurian Sudanized women is (ideally) circumcised, secluded at home, economically dependent on her husband, (and) meek in her behavior (...)” (De Waal, 2005, p. 196). Não é coincidência, para o autor, que a prática da circuncisão feminina tenha se propagado com mais força justamente nos anos 70/80 (Idem).

Essas políticas fazem parte do que a Willemse classificou como “Islamist civilization project”, que tem o objetivo de purificar a sociedade ao islamizar a esfera pública e impor uma ordem de gênero que segrega o espaço social destinado a homens e mulheres (Idem, p. 17).

Nesse discurso de civilização islâmica, a sociedade de Darfur era construída como um problema para a organização e para a moralidade da sociedade sudanesa. Em primeiro lugar porque essa população, apesar de muçulmana, não era árabe e esse fator fazia com que eles fossem considerados menos civilizados e, portanto, mais distantes do ideal sudanizado, por manterem certas tradições locais (Willemse, 2007; Jok, 2007). Outro problema estava no fato de como essa percepção influenciava a construções dos homens e mulheres de Darfur.

Essa construção fica visível no discurso de um *Faqih*¹²⁷ proferido em 1991 na vila de Kebkabiya: “This community is a bad community. You can find many children here without fathers: more than twenty in one quarter. And we ask God for pity?” (Apud Willemse, 2007, p. 52). E prossegue: “You will teach your children and all women the Qur’an, because women are the foundation of the community. If the community is educated and understands the Qur’an well, it is due to women. If it is uneducated, it also comes from them ...” (Idem, p. 53).

Conforme já apontado previamente, a situação econômica em Darfur, que já não recebia muitos investimentos do governo central, se agravou ainda mais com as secas. Tal situação levou muitas mulheres a trabalharem fora de suas casas para completar a renda familiar, comportamento que correspondia, no discurso oficial, como um desvio aos hábitos religiosos estabelecidos pelo governo. Esse desvio era tratado como um problema que deveria ser resolvido pelo Estado para que não se difundisse como mau exemplo (Willemse, 2007, p. 70-71).

Os homens de Darfur, por sua vez, eram classificados como preguiçosos, que não trabalhavam e não conseguiam sustentar suas famílias e, por isso, suas mulheres precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa. De acordo com Willemse, “Darfur men are seen as the opposite of the good Sudanese Muslim men” (Idem, p. 73). Destarte, os homens de Darfur estavam fora do campo de masculinidade ideal definida como norma pelo governo (Idem, p. 433). Nas palavras de um juiz, Omar Zayidi, em entrevista à Willemse: “(...) These Darfur men, they are lazy. Especially a Fur man, he can easily marry four wives because

¹²⁷ Termo utilizado para se referir a especialistas da lei islâmica. O termo poderia ser traduzido como jurista que, no caso, é especializado na aplicação da Shari’a, da Suna e do Hadith.

he lets his wives work for him while he is just sleeping on his *angreb* (locally made wooden bed) (...)” (Idem, p. 434-5).

Assim, os homens “não-árabes” de Darfur são construídos como preguiçosos e irresponsáveis, que exploram suas esposas, que se vêem obrigadas a trabalhar para cumprir o papel que deve pertencer “naturalmente” a esses homens (Idem, p. 435). Esse discurso moral de gênero não apenas demonizava a população de Darfur, mas funcionava também, segundo Willemse, como retórica para unir os homens árabes, uniformizando essa categoria nacionalmente e, ao mesmo tempo, exaltando sua superioridade como o homem ideal e o seu papel de controle na ordem social (Idem, p. 436-7).

A disseminação desse discurso não apenas torna esses papéis como a norma, mas naturaliza e fixa construções de gênero como se elas fossem inerentes ao sexo de maneira não problemática. É necessário, no entanto, destacar que esse discurso de gênero aparentemente neutro possui conseqüências políticas e define as relações de poder não apenas entre homens e mulheres, mas também entre grupos de homens e de mulheres (árabes *versus* não-árabes) dentro do Estado (Willemse, 2007; Hooper, 2000). As identidades de gênero, portanto, são construídas por meio dessas performances discursivas do governo sudanês e autorizam uma postura de autoridade em relação àqueles vistos como o “outro”.

De acordo com a autora:

“Dafur people are obviously not well Islamized and thus not good Muslims and they need special guidance to find and stay on the right path. Darfur has been Islamised since the 17th century but not Arabised and this is taken to be a sign of weak Islamisation. Local customs and local forms of Islamic practices and beliefs are taken equated with ‘bad behaviour’” (Willemse, 2007, p. 70).

Assim, ao invés de apontar o problema da crise econômica, o governo justificava o fato de tantas mulheres estarem trabalhando fora de casa, em Darfur, como sendo causado por homens preguiçosos e mulheres desobedientes, que adotam posturas imorais e não sabem ocupar o seu espaço social. Dessa forma, o discurso oficial consegue desqualificar a população de Darfur como um todo e, ao mesmo tempo, legitimar a interferência estatal para que eles adotem a postura “adequada” prescrita pelos moldes estatais (Idem, p. 73).

Como a divisão do gênero traçava os papéis sociais em que os homens devem ser os provedores, enquanto as mulheres devem ser responsáveis pelo

cuidado da casa e dos filhos, esse ideal depende do casamento e da formação da família, que é o núcleo do discurso moral do gênero no islamismo (Willemse, 2007, p. 345). Assim, outra medida do governo de al-Bashir que regulava as relações de gênero foi a política de casamentos em massa patrocinada pelo Estado. Por meio dessa política oficial o governo arcava com os custos do dote e de parte do enxoval do casal, visto que a crise econômica estava dificultando a realização das cerimônias de casamento e, principalmente do pagamento dos dotes (Idem, p. 417).

De acordo com o discurso estatal, Maomé ordenou o casamento como uma obrigação para homens e mulheres, que precisam se casar para se manter no caminho certo dos ensinamentos islâmicos. O mesmo *Faqih* citado anteriormente afirmou: “With marriage you can keep your family and your religion (...) Bad people are those who are not married, this is what prophet Mohammed told us” (apud Willemse, 2007, p. 54). Nas palavras de El-Tayeb Mustafa, diretor geral das redes de TV do Sudão: “The prophet Said: ‘Those worst among Muslims , if any, are those yet unmarried’. Islam also calls on us to marry and have children in order to populate the earth with good citizens” (apud Willemse, 2007, p. 418). O casamento, portanto, é visto como um dever e como o local certo para homens e mulheres desempenharem seus papéis. Ao criar boas famílias e procriar bons muçulmanos, o governo estaria abrindo caminho para consolidar o projeto civilizador islamista.

A partir da difusão desses discursos, as mulheres que não se enquadravam no comportamento oficial prescrito pelo governo eram agredidas verbalmente e até mesmo detidas. Dentre os motivos citados para justificar esse tratamento está, por exemplo, o uso de *thobes* considerados muito coloridos ou justos ou ainda por usarem roupas ocidentais, perfume, jóias ou maquiagem (Willemse, 2007, p. 15). Foi notório em 2009 o caso de uma jornalista sudanesa, Lubna Hussein que, juntamente com outras 12 mulheres, foi presa e acusada de infringir as “leis de decência” do Sudão. De acordo com o artigo 152 do Código Penal Sudanês a pessoa que comete “an indecent act which violates public morality or wears indecent clothing” (apud Gettleman, 2009) pode ser condenada a pagar uma multa e ainda ser punida com até 40 chibatadas¹²⁸. Tendo em vista a repercussão

¹²⁸ <http://www.nytimes.com/2009/09/07/world/africa/07sudan.html>

internacional que o caso tomou, Lubna Hussein ficou isenta das chibatadas, mas foi condenada a uma multa de 200 dólares pela infração¹²⁹. A justificativa para a condenação da jornalista foi dada por Rabie A. Atti, porta-voz do governo sudanês que alegou que a intenção da lei é apenas “proteger a população” (apud Gettleman, 2009). De acordo com Atti: “We have an act controlling the behavior of women and men so the behavior doesn’t harm others, whether it’s speech or dress or et cetera” (Idem).

Para educar essas mulheres foi criado o “Comitê da Mulher Sudanesa”. Além disso, o Departamento de Relações Religiosas ganhou a prerrogativa de fiscalizar e denunciar a existência de maus costumes para que o governo tomasse as devidas providências (Willemse, 2007, p. 60).

Dessa forma, o Estado islâmico cria a seguinte ordem de gênero. No topo hierárquico está a masculinidade hegemônica que coincide com os homens que conseguem seguir o caminho religioso, além de trabalhar, sustentar e proteger adequadamente suas famílias. Além de islâmica, a masculinidade hegemônica é também árabe, a identidade valorizada como civilizada e participante da elite política. Abaixo, está a construção de femilidade idealizada para as mulheres islâmicas, que devem permanecer na esfera privada e obedecer sempre a seus maridos e seus pais. Essa feminilidade está estreitamente ligada à maternidade e ao papel de esposa. Ainda abaixo da masculinidade hegemônica estão as outras masculinidades e feminilidades subordinadas. Os homens de Darfur são classificados como inferiores pela sua posição econômica, pela sua construção como preguiçosos/ exploradores (e não protetores) de suas mulheres. As mulheres de Darfur, por sua vez, não estão se enquadrando como devem na feminilidade ideal por se exporem fora de suas casas, desobedecendo a seus maridos e aos preceitos religiosos do Islã. Ambas as construções vale dizer, são também reforçadas pela sua associação com povos “não-árabes”, cuja imagem é pejorativamente associada a “negros/escravos”.

Como é comum nos Estados modernos, a identidade nacional sudanesa, aponta Willemse, está relacionada a essa construção de masculinidade hegemônica, que se baseia no controle das mulheres e de outros homens e cria uma noção de cidadania excludente (Willemse, 2007, p. 493). São os homens

¹²⁹ <http://www.nytimes.com/2009/09/08/world/africa/08sudan.html>

árabes e islâmicos, dotados dessa masculinidade hegemônica, que ocupam o topo político/social/moral em oposição à subordinação da mulher e dos homens de outros grupos, o que justifica e legitima a sua autoridade e o seu acesso privilegiado ao poder (Idem).

As constatações de Willemse em muito convergem com o marco teórico adotado por essa dissertação. Para a autora, a imagem dos homens e mulheres de Darfur criou um “outro” interno necessário para definir e demarcar a identidade nacional e legitima a formação de uma masculinidade hegemônica que pauta as demais construções de masculinidade e feminilidade no Estado (Willemse, 2007, p. 73).

No início do governo Bashir, quando a islamização do Estado passou a ser aprofundada, o povo de Darfur era vista ainda como um “outro” que poderia ser assimilados (Idem, p. 62), ou seja, eles representavam uma alteridade “menos que radical” (Hansen, 2006). Essa identidade abria espaço para a adoção de uma postura de hierarquia em relação ao “eu” árabe islâmico para disciplinar o “outro”. Com os ataques de 2003, a população de Darfur passou a representar uma alteridade inassimilável, o que autorizou, portanto, o desencadeamento de políticas genocidas contra esses grupos “não-árabes”¹³⁰.

4.4

Os padrões de violência contra o gênero no Genocídio de Darfur

A presente seção se dedicará a contemplar a nossa hipótese de que a *construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de atuação do perpetrador durante os genocídios, informando suas percepções e condutas a partir de construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade.*

Ao analisar os relatórios de organizações internacionais, reportagens e trabalhos acadêmicos a respeito dos ataques genocidas levados a cabo em Darfur entre 2003-2008, esse trabalho buscou perceber de que forma os perpetradores atuavam durante os atos de violência. Assim, ao examinar essas fontes, buscamos identificar como atua o perpetrador e o tipo de violência a que são submetidos

¹³⁰ Nesse sentido, ver também Willemse, 2007, p. 489-490 e Campbell, 2007.

homens e mulheres. A análise de entrevistas com a população dos três estados de Darfur, onde vilas civis são sistematicamente atacadas pelas milícias Janjaweed, e de relatórios oriundos de pesquisa de campo permitiram perceber que os homens e mulheres dos grupos “não-árabes” sofrem padrões de violência contra o gênero semelhantes aos perpetrados em Ruanda e na ex-Iugoslávia.

O foco desse capítulo é a região de Darfur. Todavia, cabe destacar que o Sudão é um país tomado por diversos conflitos que assolam outras regiões como o sul do Sudão e as Montanhas Nuba, por exemplo. Esses ataques, apesar de estarem baseados nos mesmos pressupostos identitários de supremacia árabe e de muitas vezes apresentarem os padrões similares de violência contra o gênero¹³¹, não foram submetidos ainda a investigações mais minuciosas sobre a atuação do governo e, por isso, não estão contemplados em nossa análise. Isso não significa, de forma alguma, que esses outros conflitos sejam menos graves ou relevantes do que ocorre atualmente em Darfur.

A seção anterior apontou que os Janjaweed seguem uma rotina quando do ataque às vilas civis. Além do bombardeamento por aviões, há o incêndio de casas e outras construções, a destruição de plantações, o saqueamento de bens, o roubo ou matança de animais e o envenenamento de poços de água. Apesar de muitas vezes esses ataques matarem indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, essa não é a regra que se constata quando da análise mais cuidadosa desses relatórios e dos testemunhos de sobreviventes.

4.4.1

As execuções seletivas contra homens e meninos

Conforme apontamos exhaustivamente nos capítulos anteriores, não é, de forma alguma, a nossa intenção negar que mulheres e crianças sejam vítimas de massacres ou que homens sejam vítimas de violência sexuais. A análise dos relatórios e reportagens que se dedicam a uma descrição do comportamento das milícias costuma, no entanto, evidenciar o duplo padrão de perpetração baseado

¹³¹ Jok, por exemplo, cita casos de execução de “able-bodied men” não apenas em Darfur, mas também em outros conflitos no Sudão, como no sul (Jok, 2007, p. 165).

em construções de gênero, i.e, execuções sumárias de homens e meninos, especialmente daqueles que possuem idade compatível com a de combatentes e o estupro em massa contra mulheres e meninas (ex: AI, 2004a; AI, 2004b, PHR, 2006, HRW, 2004b). Ademais, a partir dos testemunhos presentes nesses relatórios, será analisado pelo depoimento das vítimas se, durante a sua atuação, o perpetrador tratava homens e mulheres de forma diferenciada e se o ataque aos homens se devia a uma presunção de masculinidade como, por exemplo, a imagem de combatente (Carpenter, 2006b).

O relatório da Anistia Internacional “Darfur: Too many People Killed for no Reason”, por exemplo, alega que os homens eram mortos por uma simples suspeita de que poderiam fazer parte dos grupos insurgentes (AI, 2004a). Em alguns casos, mulheres e crianças também foram deliberadamente mortos e atacados, mas em menor escala e de maneira não-sistemática (AI, 2004a, p. 13). Assim, afirma a A.I.:

“Many villagers reported that *the primary targets for killings appeared to be men*. While women were shot dead in certain occasions, *it seems that the majority of women were beaten rather than killed during attacks*” (AI, 2004a, p. 17 – ênfase minha)

Em outro relatório “Sudan, Darfur: Rape as a Weapon of war: sexual violence and its consequence” (2004b), a Anistia Internacional confirmou que:

“Men have often seemed to be the primary targets for summary killings in the context of attacks. In some attacks on villages, people have been *treated differently according to their gender: men were taken away and then executed by the Janjawid, while women were shot when trying to escape from the village.*” (AI, 2004b, p. 11 – ênfase minha)

Outro depoimento como o fornecido abaixo à HRW nos indica essa relação em Darfur:

Men who remain in government-controlled towns or who are caught by members of the Janjaweed militias in the rural areas are constantly at risk of beatings or worse. [...] Displaced *men* in towns under government control are *constantly at risk of being arbitrarily detained and seriously assaulted* by Janjaweed militia members *who accuse them of "being rebels"*. (grifo nosso). (Human Rights Watch, 2004d – ênfase minha)

Nos trechos supramencionados, a conexão de homens com imagens de rebeldes e a perseguição destes em função dessa associação indica a presença da relação aqui investigada, ou seja, de que as percepções e condutas dos perpetradores estão informadas por pressupostos de masculinidade e feminilidade. Destarte, os homens são as principais vítimas de massacres justamente em função da construção de masculinidade que conectam a sua imagem com a pressuposição de resistência física e possível contingente de combate.

O relatório “Darfur: Assault on Survival” da organização PHR também detecta a intenção dos perpetradores de atacar “particularmente os homens”¹³² e de estuprar as mulheres (PHR, 2006, p. 43). De acordo com testemunhas, os Janjaweed atacam e fazem as seguintes ameaças, que, a nosso ver, exemplificam a existência desse duplo padrão: “we will kill you, Nuba¹³³, and rape your women” (PHR, 2006, p. 22) ou ainda “*We will kill your husbands and sons and we will sleep with you! You will be our wives*” (AI, 2004b, p. 23 – ênfase minha); “They killed *any men* they found behind” (ADS, 2004, apud Hagan, 2009, p. 133 – ênfase minha).

Já nos relatos de testemunhas essas ameaças se confirmam pelo seguinte tipo de descrição fornecida nos seguintes depoimentos: “(i)n these attacks, men are killed, women are raped” (AI, 2004b, p. 4). “Inside the villages they killed all the men they could” ou ainda “They’ve killed all our men and left us helpless” (AI, 2006).

A organização Médicos Sem Fronteiras corrobora essa impressão a partir da publicação, ainda em 2004, dos resultados relativos a quatro pesquisas epidemiológicas sobre mortalidade e violência na área de Darfur Ocidental. O trabalho, realizado em quatro áreas da região (Zalingei, Murneu, Niertiti e El Geneina), se baseou em entrevistas com mais de 1350 famílias, selecionadas de maneira randômica¹³⁴.

Apesar de haver muitas mortes no conflito em função de causas indiretas como doenças, por exemplo, a organização concluiu que as mortes por violência atingiram a todos os grupos da população civil (homens, mulheres e crianças), correspondendo a cerca de 68 a 93% da causa mortis dependendo da região

¹³² Tradução livre.

¹³³ De acordo com o relatório Nuba é uma expressão pejorativa, que significa “negro”, utilizada pelos grupos árabes para se referir aos grupos atacados (PHR, 2006, p. VI)

afetada. O relatório, no entanto, enfatiza que os “homens acima de 15 anos foram *desproporcionalmente* afetados”¹³⁵ pela violência. (MSF, 2004, p. 4 – ênfase minha). Afirma, assim, o relatório: “(p)eople killed were mostly adult men (...). Age and sex pyramids of surviving populations were skewed, with a deficit in men” (MSF, 2004, p. 1 – ênfase minha) (ver tabela 2 abaixo).

Os homens apresentam, portanto, *um maior risco de morrer por violência direta* no conflito do que mulheres e crianças, apesar de em textos feministas tradicionais, estes grupos aparecerem como os mais vulneráveis em conflitos armados.¹³⁶

Em Darfur Ocidental, onde se concentrou a pesquisa supracitada, tendo como base comparativa o risco de morte de crianças menores de 15 anos, o risco relativo de morte por violência dos homens acima de 15 anos varia entre 29.1 a 117.9 a mais, enquanto o das mulheres permaneceu entre 3.6 a 9.0 (MSF, 2004, p. 4 – vide figura 4 abaixo). Ou seja, os homens apresentam um risco de morte por violência consideravelmente maior do que mulheres e crianças. Esse fator, segundo o MSF, provocou a desproporcionalidade de representação entre homens e mulheres na pirâmide demográfica abaixo (vide figura 4 abaixo).

	Zalingei	Mursei	Niertiti	El Geneina
Violent deaths (% of all-cause deaths)				
Children younger than 15 years	1 of 20 (5.0%)	15 of 42 (35.4%)	0 of 40	0 of 57
Women	5 of 30 (16.7%)	32 of 68 (47.1%)	4 of 38 (10.5%)	0 of 27
Men	43 of 50 (86.0%)	193 of 212 (91.0%)	26 of 38 (68.4%)	11 of 31 (35.5%)
Relative risk of violent death (95% CI)				
Children younger than 15 years	reference	reference	–	–
Women	9.0 (1.4–57.6)	3.6 (1.8–7.3)	–	–
Men	117.9 (16.0–869.7)	29.1 (15.4–55.3)	–	–
Relative risks cannot be calculated for Niertiti and El Geneina because of zero values.				

Table 3: Proportionate mortality due to violence, and relative risk of violent death, according to population group

Figura 4: Proporção de mortos por violência e risco relativo de morte por grupo populacional (Fonte, MSF, 2004)

De acordo com a pirâmide demográfica realizada após os ataques nas regiões demarcadas (vide figura 5), é possível perceber uma taxa muito maior de vítimas de mortes por violência dentre a população masculina, especialmente em idade de

¹³⁴ A amostragem total seria relativa a mais de 4.500 pessoas afetadas pelos conflitos desse estado.

¹³⁵ Tradução livre.

¹³⁶ Como exemplo ver Tickner, 2001, p. 49.

combate (entre 15 e 45 anos). Tendo isso em vista, o que levaria os perpetradores a massacrar de maneira privilegiada essa parte da população?

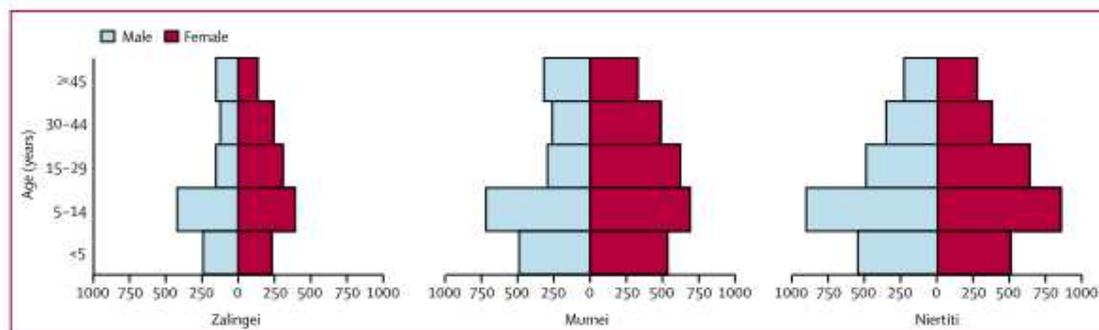


Figure 2: Age and sex distribution of surviving household members

Figura 5: Distribuição dos sobreviventes por sexo e idade nas regiões pesquisadas pelo MSF (Fonte:MSF, 2004)¹³⁷

Esse padrão de atuação é compatível com uma ordem proferida em nome de Omar al-Bashir por Musa Hilal, um dos principais líderes dos Janjaweed, ao comandante responsável pela área de Darfur Ocidental, em agosto de 2004. A mensagem, citada no livro de Julie Flint e Alex De Waal, dois dos maiores pesquisadores sobre Darfur, teria o seguinte conteúdo:

“You are informed that directives have been issued...to change the demography of Darfur and empty it of African Tribes (...) (through) burning, looting and killings of intellectuals and *youths who may join the rebels in fighting*” (Hilal apud Flint e De Waal, 2008, p. 128-9 – ênfase minha)¹³⁸.

A percepção do combate como um ambiente masculinizado conduz à pressuposição de que homens e meninos dos grupos “não-árabes” fazem parte da população mais propensa a se juntar aos grupos rebeldes, como o SLA e o JEM, contra o governo do Sudão. Tal pressuposto é, portanto, compatível com o comportamento das milícias pró-Cartum e do próprio exército sudanês de concentrar seus ataques nessa parcela da população.

¹³⁷ Essa tabela também é utilizada por Hagan et al.

¹³⁸ Também citado por Campbell, 2007, p. 264 e Hagan et al, 2009.

Os homens civis são perseguidos, portanto, não por sua atuação de fato no conflito, mas sim por sua imagem de “homem”, que se sobrepõe às construções de masculinidade atribuídas aos indivíduos desse sexo. Essas construções, conforme já apontado previamente, se exacerbam em contextos de genocídio. A visão construída do “outro” a ser aniquilado e a imagem do homem como a força de resistência que precisa ser minada estão, portanto, conjugadas na percepção do perpetrador que se traduz no massacre preferencial dos grupos masculinos.

Esse tipo de atuação se difundiu por todo o conflito de Darfur. O relatório realizado em 2005 pela United Nations International Commission of Inquiry on Darfur (ICID) está repleto de resultados de investigações que apontam para o mesmo padrão. Por exemplo, ao descrever um ataque à Kailek, em Darfur do Sul, afirma a Comissão: “During the first attack described in the previous section, 9 villages around Shataya, a town in the vicinity, were destroyed and 85 people were killed, including five women and three children” (ICID, 2005, p. 75). Ou seja, apesar de enfatizar as mortes de mulheres e crianças, é possível aferir das 85 pessoas mortas, 77 (ou seja, 90% dos afetados) eram homens.

De acordo com o testemunho de um sobrevivente ao ataque à Masteri, em Darfur Ocidental, é possível identificar o mesmo padrão: “15 days later some people went back to the village, but the Arabs were still around the village. If they saw anyone they whipped the women and *killed the men*”. (ICID, 2005, p. 86 – ênfase minha).

Outro massacre em massa de homens e meninos ocorreu em Surra, Darfur do Sul:

“They (Janjaweed) entered the homes *and killed the men*. They gathered the women in the mosque. (...). They forced women to take off their maxi (large piece of clothing covering the entire body) and *if they found that they were holding their young sons under them, they would kill the boys*”. (ICID, 2005, p. 74 – ênfase minha)

Em Bendisi, em Darfur do Sul, onde houve a execução sumária de 229 homens, o relato de uma testemunha aponta de maneira precisa a insegurança desproporcional sofrida por pessoas identificadas com o sexo masculino nesse contexto: “We stayed in Mukjar ... *but it was very dangerous for men*. I didn’t leave the house because the soldiers were *arresting and killing many men suspected of being rebels*” (ICC apud Hagan et al, 2009, p. 157).

O depoimento de Khadija, uma testemunha que narrou ao PHR o ataque à vila de Dolmagno, também aponta para a existência desse duplo padrão de perpetração contra o gênero: “They were looking for girls to rape (...). If you refused, they’d shoot you (...)”. E o relatório prossegue:

“Because the Janjaweed appeared more *intent on killing males*, Khadija *dressed her brother in a girl’s robe and covered his head with a shawl* (...). The men (Janjaweed) *accused them of being rebel supporters*, demanded to know where the *men* were (...)” (PHR, 2006, p. 26 – ênfase minha)

É possível observar, portanto, no relato supracitado, a intenção dos perpetradores em perseguir e matar preferencialmente os homens e a sobreposição da imagem dessas vítimas com rebeldes, o que levou Khadija a disfarçar seu irmão em roupas femininas como a única forma possível de tentar salvá-lo.

Os relatórios “Darfur destroyed” (2004b) e “Targeting the Fur” (2005b) da organização HRW também constataram que, durante as perseguições às vilas de grupos Fur, Masalit e Zaghawa, há a ocorrência sistemática de execuções extrajudiciais em massa de homens (HRW, 2004b, p. 9). Apenas no distrito de Wadi Salih, os Janjaweed e o exército sudanês executaram mais de 200 homens e detiveram arbitrariamente centenas de outros (HRW, 2005b, p. 5). De acordo com a organização: “witnesses said the government and Janjaweed were *singling out men* displaced from villages that had been previously burned (...)” (HRW, 2004b, p. 22 – ênfase minha). As testemunhas afirmam que os homens foram levados em carros e caminhões para um vale onde foram obrigados a se ajoelhar e, posteriormente, alvejados com tiros pelas costas (HRW, 2004b). Essa descrição nos remete a alguns relatos do que ocorreu na Bósnia, especialmente em Srebrenica. Os massacres contra homens e meninos consistem, portanto, em uma tática sistemática e deliberada por parte do governo. O mesmo relatório afirma que:

“In most of these attacks, shooting by government and Janjaweed appeared to be targeted at the civilian population (...). Massacres or mass killings of civilians in Fur, Masalit, and Zaghawa areas have taken three forms: *extrajudicial executions of men, by army and Janjaweed*; attacks in which government soldiers and Janjaweed have played an equal role, fighting side by side; and attacks in which government forces have played a supporting role to Janjaweed -- “softening up” villages with heavier weapons than those carried by the Janjaweed, providing logistical support and, in the opinion of many villagers interviewed, “giving the Janjaweed protection as they leave.”. (HRW, 2004b, p. 9).

Segundo uma das testemunhas, “The government and Janjaweed came and asked *men aged between twenty and sixty* where they came from. If they were displaced they took them to the police station”. (HRW, 2004b, p. 22-23 – ênfase minha). Esses detidos – homens em idade de combate - foram posteriormente levados para um vale onde foram executados (HRW, 2004b, p. 23).

Em fevereiro e março de 2004, nos ataques em Shattaya e Kailek, em Darfur do Sul, também pode ser constatada a perpetração da execução sumária de homens por tiros, facadas ou ainda por outros mecanismos de tortura (vide depoimento abaixo). Esses ataques foram geralmente conduzidos diante das famílias das vítimas de modo a disseminar a sensação de terror e vulnerabilidade do grupo. As mulheres, por sua vez, foram alvos de violências sexuais, mas mantidas vivas e devolvidas ao grupo, também com vistas a difundir o pânico e a insegurança. O duplo padrão de perpetração, nesses casos, pode ser evidenciado, mais uma vez, pelo depoimento abaixo:

“[We] ran to Shattaya council and *some men were killed there*, they were shot. [The government forces and Janjaweed] were coming behind us with cars and horses. (...) On the mountain *they separated the men and women*. They tied the men’s hands with rope and tied them to donkeys and beat the men and made them run behind the donkeys”. (HRW, 2005b, p. 15-16)

“They used to take the young girls and rape them—they would spend two or three days outside and then bring them back” (Idem, p. 16).

Louise Arbour, que ocupava o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, confirmou que:

"Some *men were singled out and summarily shot*. There are reports of people being thrown on to fires and burnt alive. *Women and children were separated out, confined in a walled area, and periodically taken away by their captors to be raped*, [with] some subjected to gang rapes." (UN News Centre, February 16, 2005 – ênfase minha)¹³⁹

A pesquisa conhecida como Atrocities Documentation Survey (ADS)¹⁴⁰, conduzida em 2004 com refugiados de Darfur no Chade também indica os

¹³⁹ <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=13373&Cr=sudan&Cr1>

¹⁴⁰ A ADS consistiu em uma pesquisa de campo realizada pelo Departamento de Estado dos EUA, em 2004, com ajuda da USAID (U.S. International Agency for International Development) e da Coalition for International Justice nos campos de refugiados do Chad. A pesquisa contou com a entrevista de 1136 famílias refugiadas e investigou detalhadamente o padrão dos ataques, bem como a quantidade, o sexo e a idade de pessoas que sofreram algum tipo de violência (morte, estupro, etc). Dos entrevistados, 40% eram homens. A maioria de mulheres, segundo Hagan et al., se deve à ausência de homens nesses campos, justamente por eles fazerem parte do componente populacional que mais sofre com violência letais (Hagan et al, 2009).

mesmos padrões encontrados nos relatórios das organizações acima mencionadas. Os depoimentos desses refugiados são esclarecedores e apontam, mais uma vez, para a existência dos crimes contra o gênero perpetrados sistematicamente e em larga escala, reforçando assim a hipótese deste trabalho.

Hagan e Raymond-Richmond, que tiveram acesso às entrevistas originais que compõem os arquivos do ADS, calcularam com base nesses depoimentos que os homens constituem aproximadamente 70% das vítimas mortas por violência (Hagan et al., 2009, p. 210). A sistematização das entrevistas conforme o testemunho dos sobreviventes e os relatos acerca dos mortos e desaparecidos, permitiram que os autores formulassem a figura abaixo e concluir que homens em idade de combate são as maiores vítimas desses ataques.

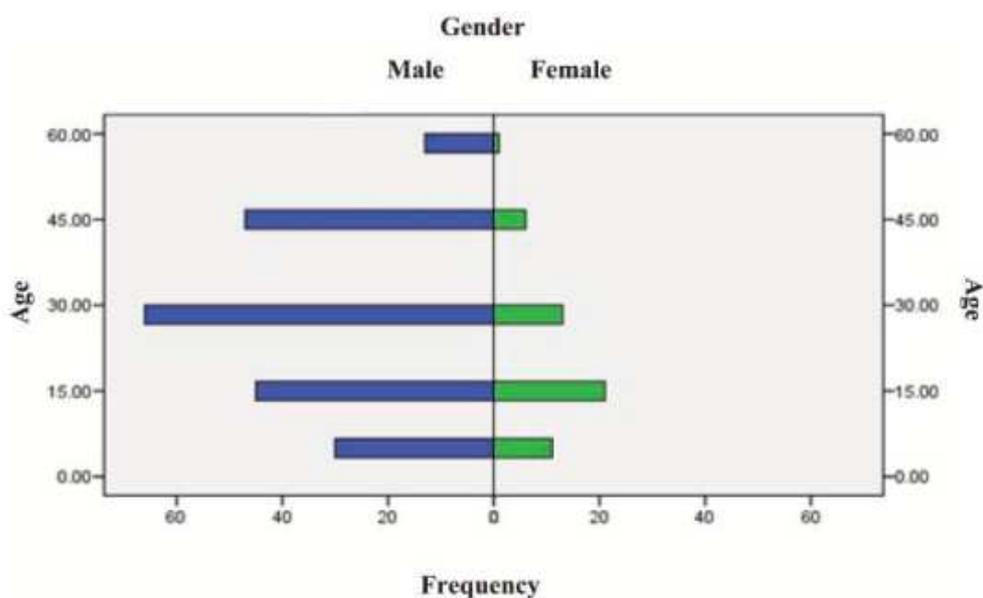


Figura 6: Distribuição por idade e sexo dos mortos e desaparecidos na pesquisa realizada pela ADS, 2004 (Fonte: ADS, 2004, Hagan et al., 2009, p. 213)

Independentemente da quantificação de dados, os relatos das vítimas são capazes de nos fornecer um retrato muito claro acerca dos padrões de violência contra o gênero como é o caso dos seguintes depoimentos selecionados:

“I saw them take fifty-two *men* from my village, including my cousin, and they took them to the edge of the mountain, made them go on their knees, put the gun in their mouths, and shot each one of them” (ADS, 2004 apud Hagan e Rymond-Richmond, 2009, p. 1)

“They killed all our men” (Idem, p. 3)

“They killed about forty-five *men* in these attacks. They abducted several women in each of the attacks and returned them several days later. They raped the *women* and poisoned town wells” (Idem, p. 18 – ênfase minha)

Em Kutum, Darfur do Norte, localidade atacada em agosto de 2003 pelos Janjaweed, testemunhas apontam que “(t)hey (Janjaweed) came in the houses *to find the boys and men and kill them*” (AI, 2004b, p. 11 – ênfase minha). Em Tina, cidade também localizada em Darfur do Norte na fronteira com o Chade e tomada pelos Janjaweed em 2003, uma testemunha afirmou: “When I was at the hospital the Arabs came in *but they were looking for the men, not the women*” (AI, 2004b, p. 11).

O mesmo padrão se repetiu em agosto de 2003 durante a ofensiva dos Janjaweed a Garadai: “*They killed mainly the young men*, although some old disabled persons were killed because they were not able to get out of their houses in time” (AI, 2004b, p. 12).

Os elementos que também iluminam a relação sugerida pela hipótese deste trabalho também se apresentam no relatório “Darfur in flames” do HRW:

“(…) The vast majority of the victims in village attacks—indiscriminate and targeted—have been *men, many of them between twenty and forty-five years old*. (…)

(…) Another refugee who fled his village near El Geneina said (…): “There are Arab checkpoints at the border, I witnessed that myself. I went there and hid. I saw some women who tried to cross the border—they got beaten up with leather whips. *The males would be killed, but the females are allowed to go through.*” The description above was repeated by civilians in other locations (…)” (HRW, 2004c, p. 26 – ênfase minha).

Essa mesma constatação é reafirmada pela UN High Commission for Human Rights:

“(…) The attacks appear to have been ethnically based with the groups targeted being essentially the following tribes reportedly of African origin: Zaghawas, Masaalit, and Furs. *Men and young boys appear to have been particularly targeted in ground attacks;*” (Report of the Office of the High Commission for Human Rights mission to Chad, April 5-15, 2004)

A análise de reportagens que descrevem os ataques às vilas em Darfur também nos apontam a diferenciação que o perpetrador realiza entre mulheres e

homens durante a sua atuação¹⁴¹. As reportagens de Eric Reeves, jornalista do *The New York Times (NYT)*, que se especializou na cobertura do conflito de Darfur, apontam constantemente que os Janjaweed perpetram “mass executions of men and boys” (Reeves, 2004)¹⁴² que são completamente ignoradas nas investigações acerca do conflito.¹⁴³

A seguir constam outros trechos ilustrativos a esse respeito selecionados de jornais internacionais como o *The NYT*, *The Guardian* e *International Herald Tribune*:

“The refugees described their attackers as Arab militias armed with grenades and machine guns, sometimes accompanied by soldiers in Sudanese military uniforms. They said their belongings were stolen, *the men were killed or kidnapped and the women were raped*. There are reports of villages being burned and bombed by Sudanese military planes¹⁴⁴”. (Sengupta, 2004)

"They came at dawn, at 4am. They came on horses, donkeys, camels and Land Cruisers. They burnt the houses *and killed the men and many of the male children*. I don't know if my husband is alive or dead." (Macaskill, 2004)¹⁴⁵

“I was not prepared for the far more sinister scene I encountered in a ravine deep in the Darfur desert. *Bodies of young men were lined up in ditches*, eerily preserved by the 130-degree desert heat.

¹⁴¹ Além dos exemplos citados acima, ver também:

<http://news.scotsman.com/sudan/Even-the-stones-were-destroyed.2537591.jp>;
<http://www.theage.com.au/articles/2004/06/17/1087245036389.html>;
<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3875277.stm>;
http://www.inthesetimes.com/article/genocide_in_sudan/%20target=
http://www.boston.com/news/globe/editorial_opinion/editorials/articles/2004/07/11/horror_in_darfur/;
http://www.msf.org/msfinternational/invoke.cfm?objectid=27A81758-C4B6-4FD9-81EDE9D9266E3519&component=toolkit.article&method=full_html&CFID=10781473&CFTOKEN=38263627;
<http://www.irinnews.org/InDepthMain.aspx?InDepthId=22&ReportId=64276>;
<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A29211-2004Jul30.html>;
<http://www.catholicnews.com/data/stories/cns/0404837.htm>;
<http://www.nytimes.com/2007/04/10/world/africa/10iht-chad.4.5217558.html>;
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=27361&Cr=Darfur&Cr1>;
<http://www.act-caritas.org/news.php?uid=84>; http://ec.europa.eu/echo/aid/stories/africa10_en.htm;
<http://weekly.ahram.org.eg/2004/723/sc20.htm>;
<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A61973-2004May27.html>

A maioria dessas notícias fazem parte de uma coletânea de notícias sobre o genocídio/generocídio em Darfur disponibilizadas pelo site Gendecide Watch. Uma lista de testemunhos que também apontam para esse padrão pode ser encontrada em: <http://www.amnestyusa.org/document.php?lang=e&id=ENGAFR200072006>.

¹⁴² <http://www.sudanreeves.org/Sections-req-viewarticle-artid-186-allpages-1-theme-Printer.html>

¹⁴³ <http://www.sudanreeves.org/Sections-article491-p1.html>

¹⁴⁴ <http://www.nytimes.com/2004/01/17/world/war-in-western-sudan-overshadows-peace-in-the-south.html?pagewanted=1>

¹⁴⁵ <http://www.guardian.co.uk/society/2004/jun/08/internationalaidanddevelopment.sudan>

The story the rebels told us seemed plausible: The dead were *civilians who had been marched up a hill and executed* by the Arab-led government before its troops abandoned the area the previous month. The rebels assert that there were many other such scenes". (Prendergast, 2004)¹⁴⁶

É necessário notar que, apesar de os homens em idade de combate serem os mais afetados, muitas vezes é possível perceber, por meio desses depoimentos, que os Janjaweed atacam também meninos bem jovens, como foi demonstrado nos relatos anteriormente citados em que as mães buscavam proteger seus filhos embaixo de suas vestes e o da menina Khadija, que tentou disfarçar seu irmão, vestindo-o com roupas femininas. Outro relato de uma sobrevivente chamada Haji também aponta para esse padrão: "They caught my husband and shot him dead, along with many other men. *They let the girls escape, but the young boys were thrown into the fire and burned to death.*"¹⁴⁷ (apud Hoskins, 2008). Ou ainda: "Three boys were caught and slaughtered. Their throats were cut (...), hands were cut off, brains removed, sexual organs cut off. Boys were five, six, and seven (...)" (ADS apud Hagan et al., p. 8).

Em abril de 2004, Mustafa Osman Ismail, ministro das Relações Exteriores do Sudão, justificou a violência em Darfur da seguinte forma: "(t)he government may have turned a blind eye toward the militias (...). Because those militas *are targeting the rebellion*" (apud, HRW, 2004b, p. 43 – ênfase minha). Omar al-Bashir também afirmou em rede nacional: "We will use the army, the police, the mujahidin, the horsemen *to get rid of the rebellion.*" (AI, 2004a, p. 29 – ênfase minha)

A visão/justificativa utilizada pelo governo de que a milícia atua atacando os rebeldes é capaz de demonstrar o porquê de homens e meninos serem as maiores vítimas desses ataques. Essas mortes servem não apenas para diminuir o risco à segurança nacional, ao eliminar aqueles que são percebidos como possível contingente de resistência, como também para mascarar o massacre de civis sob o pretexto de contra-insurgência. Já mulheres e crianças são percebidas como menos nocivos e, justamente em função disso, a morte desses grupos é mais difícil de ser justificada como contra-insurgência, visto a imagem de maior vulnerabilidade que

¹⁴⁶ <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=2877&l=1>
Também citado por <http://www.gendercide.org/darfur01.htm>

¹⁴⁷ <http://www.darfurchallenge.org/background.pdf>

essas populações possuem, enquanto os homens podem ser mais facilmente encobertos pelo rótulo de combatentes (Carpenter, 2006b).

Essa retórica que culpa a população atingida pelos ataques contra elas mesmas é constantemente reproduzida, inclusive durante as agressões. Os civis contam que freqüentemente são acusados de serem insurgentes e, por isso, sofrem toda sorte de violações. Os homens, especificamente são chamados de “Tora Bora”, termo que passou a ser usado pelo governo do Sudão para se referir aos rebeldes de Darfur. A origem dessa expressão não está clara em nenhum relatório ou livro, mas de acordo com a Anistia Internacional, Tora Bora “(...) appears to be the name used by the Janjawid and government forces to describe the armed insurgents, but it is used indiscriminately against all villagers and people attacked by them” (AI, 2004b, p. 29).

Hagan et al. argumentam que o termo é utilizado pelo governo para fazer alusão a ladrões de estrada que roubam os grupos árabes. Assim, essa designação é mais uma maneira do governo de classificar os grupos “não-árabes” como criminosos, que desempenham atividades ameaçadoras aos grupos “árabes”, motivando e legitimando, por conseguinte, as atividades das milícias pró-governo contra essas populações (Hagan et al., 2009, p. 205-206) Dessa forma, os grupos “não-árabes” são construídos como “Tora Bora” que ameaçam e roubam os árabes que precisam, portanto, se proteger desses delinqüentes (Idem).

Além disso, o fato de que os rebeldes costumam ficar escondidos nas montanhas, distantes das vilas contribuiu para a denominação desses grupos como Tora Bora. Como se sabe Tora Bora é uma cadeia montanhosa no Afeganistão onde a coalizão liderada pelos EUA conduziu operações contra membros da Al-Qaeda (AI, 2004b, p. 29). Suspeitamos que, além da referência à localização geográfica dos rebeldes, o termo possa estar sendo utilizada por um dos seguintes motivos. O primeiro deles seria mascarar o conflito em Darfur como uma perseguição a terroristas, em uma tentativa de Cartum de tornar o combate mais legítimo por parte do governo e aos olhos dos EUA e da comunidade internacional. O outro seria desqualificar a luta política dos rebeldes de Darfur a partir de um suposto extremismo islâmico do qual o governo acusa os rebeldes. Isso porque, como se sabe, depois da ruptura política da FNI (mais especificamente entre al-Bashir e al-Turabi), há a suposição de que al-Turabi esteja apoiando o JEM, que possui uma agenda islâmica de inclusão de todos os

muçulmanos (inclusive os não-árabes). Em função disso, o JEM, pelo seu ideal mais inclusivo de Islã, é visto como um grupo tão ou mais radical religiosamente do que os islâmicos do grupo de Bashir.

De qualquer forma, é possível notar que a representação das vítimas como “Tora Bora” aponta para a intenção de demonizá-las e justificar a atuação dos perpetradores a partir da classificação daqueles grupos não como civis comuns, mas como combatentes/terroristas/criminosos que representam algum tipo de ameaça para o tecido social.

Em relação à suspeita do governo de que esses civis sejam rebeldes, é importante notar que algumas dessas vilas chegaram a organizar unidades de auto-defesa justamente em função da ameaça dos Janjaweed. No entanto, a maioria das vilas atacadas não possuía nenhum tipo de presença armada, seja de grupos de auto-defesa ou de movimentos rebeldes em si (Hagan et al., 2009, p. 16). Dessa forma, os ataques dos Janjaweed afetavam deliberadamente a população civil até porque os rebeldes, segundo relatos das testemunhas e de organizações internacionais, não ficam imiscuídos à população local, mas se encontram em colinas mais afastadas das áreas onde os civis estão concentrados.

É relevante destacar ainda uma constatação feita por Hagan et al. que demonstra claramente a questão da violência como elemento constitutivo da identidade. Ao estudar a dinâmica do conflito a partir dos relatos da ADS, os autores notaram que havia uma ligação entre a polarização identitária em Darfur e o crescimento dos grupos insurgentes “não-árabes”. Assim, o desencadeamento da violência teria propiciado o aumento de fato dos contingentes rebeldes (Hagan et al., 2009, p. 206-7). Ou seja, polarização identitária e a violência contra as populações civis contribuíram para um avanço quantitativo dos movimentos insurgentes, apontando para a relação constitutiva entre violência e identidade.

Enquanto durante os ataques às vilas civis, os Janjaweed repetidamente acusam os homens de serem parte dos “Tora Bora”, as mulheres são classificadas no discurso do perpetrador como “esposas dos Tora Bora”. Ou seja, as mulheres do grupo-alvo, por sua vez, são vistas e tratadas pelas milícias como “mulheres dos rebeldes” e não como insurgentes em si.

A nosso ver, essa imagem ilumina o fato de que a elas seja destinado um tratamento distinto daquele dado aos homens. Ao invés de serem aniquiladas, elas sofrem violência de caráter não-letal, principalmente o estupro. Dessa forma, por

meio da violência sexual, o genocida atua informando por construções de feminilidade, atingindo a identidade da vítima como mulher e inimiga, bem como a identidade dos homens de seu grupo, que vêem suas mulheres serem violentadas sem conseguir protegê-las. Assim, a honra do grupo inteiro é afetada em função da valorização da castidade feminina e da visão da mulher como uma propriedade do lar cuja proteção cabe ao homem da família.

Destarte, a alegação oficial de que as atividades dos Janjaweed consistem em uma mera operação de contra-insurgência com vistas a eliminar rebeldes responsáveis pela insegurança da região e do país não é compatível com o comportamento genocida de destruição das populações atacadas e dos seus meios de vida, que tornam inviável a existência daquela coletividade. Há, claramente, no comportamento desses atores a intenção de atingir grupos específicos (i.e, não-árabes) identificados automaticamente como inimigos demonizados e inferiorizados por meio de padrões de aniquilação muito bem planejados, quais sejam os massacres de homens e meninos e o estupro de mulheres e meninas

Em relação à execução de homens e meninos, poder-se-ia alegar que os homens são mortos em maior quantidade por estarem em maior concentração no local para defender a vila, enquanto as mulheres e as crianças fogem do local. No entanto, as investigações conduzidas pelo relatório da organização Physicians for Human Rights afirma:

“At the first sign of a Janjaweed attack, survivors reported that men and women fled separately. *The men in some circumstances fled first in order to escape what they perceive to be the certain fate of death.* The men left women and children to fend for themselves, *knowing as they reported in PHR interviews, that women would likely be raped, but probably not would be killed.* In a society where great emphasis is placed on gender roles and the importance of male protection, it is highly significant of fear and distress imposed by the Janjaweed attacks that the men in the community were driven to abandon their family, risking serious stigma and harm, *in order to save their own lives*” (PHR, 2004, p. 5 – ênfase minha)

No mesmo sentido, a Anistia Internacional afirma que as mulheres, e não os homens, costumam estar mais acessíveis aos perpetradores durante os ataques porque os homens tendem a se afastar mais das casas para tomar conta dos animais, enquanto as mulheres permanecem nas vilas, como aponta o seguinte testemunho: “Only women and children were in the village, the men were with the cattle a bit further north, closer to the hills (...)” (AI, 2004b, p. 14).

Em contraposição ao exposto acima, o relatório da HRW “Darfur Destroyed”, referente às investigações conduzidas pela organização em Darfur ocidental, afirma que quando ocorre o aviso de que um ataque está prestes a acontecer, os homens permanecem nas vilas enquanto mulheres e crianças são levados para outra cidade. De acordo com o relatório:

“The vast majority in the Masalit attacks documented by Human Rights Watch have been men. This would seem to be because villages in the path of mobilized government and Janjaweed forces have been alerted by friends, relatives, and tribal kinfolk, who have sent runners to give warning. Women and children have been sent away – by donkey to Chad or the nearest town, when time was on their side; by foot, to nearby valleys where trees and rocks might provide cover, when it was not. (...) (HRW, 2004b, p. 8).

Nesse sentido, os indícios de que homens são atacados porque estão mais concentrados enquanto mulheres fogem não são conclusivos, pois enquanto alguns relatórios dizem que mulheres estão mais acessíveis (AI, 2004b, PHR, 2004), outros alegam que, ao sinal de um ataque, as mulheres fogem primeiro (HRW, 2004b). É provável que esse tipo de conduta varie de acordo com as circunstâncias e com o tipo de ataque. Se há suspeita prévia de um ataque, pode ser que as mulheres tenham oportunidade de se organizar para fugir enquanto os homens permanecem no local para proteger seus bens, o que não é possível fazer no caso de ataques inesperados, que ocorrem na maioria das vezes.

No entanto, cabe aqui uma observação a esse respeito. Ainda que as mulheres costumem fugir em primeiro lugar e que os homens sejam mortos por, conseqüentemente, formarem a maioria da população nessas circunstâncias, isso não explica a separação deliberada que os próprios Janjaweed fazem entre homens e mulheres durante os seus ataques. E, ademais, é preciso destacar que o papel de homem protetor, nesse caso, estaria profundamente relacionado com a causa de sua vitimização. Ou seja, justamente porque precisam representar a proteção de suas famílias/vilas, homens civis, sem qualquer experiência em combate, são obrigados a desempenhar um papel de defensor, permanecendo nas vilas, compelidos pelas construções de gênero em vigor.

O gênero, nesse caso, atua expondo esses homens a uma situação de insegurança, com grande risco de morte, em função das construções de masculinidade que criam expectativas e constrangimentos sociais ao seu comportamento. Esse argumento, vale dizer, se contrapõe diretamente ao argumento feminista tradicional segundo o qual as construções de masculinidade

atuam tão somente de modo a empoderar os homens e subordinar as mulheres. Os homens civis que se vêem obrigados a se colocar na linha de frente para defender suas famílias - simplesmente porque são homens e devem agir como tal - também estão subordinados a construções de gênero e expostos a situação de extrema insegurança como fruto dessas construções.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que as mulheres compõem a maior parte dessas populações de pessoas internamente deslocadas (PID) e de refugiados (AI, 2004b, p. 4), assim como fora constato por Jones no conflito da ex-Iugoslávia.

O relatório “Darfur: rape as weapon of war” da A.I. (2004b) identifica que a explicação para essa diferença demográfica entre homens e mulheres não é oriunda apenas do conflito e já podia ser observada antes do genocídio, em função da migração dos homens para outros locais em busca de trabalho, tendo em vista o processo de desertificação e a falta de oportunidades na região. Além disso, não se pode deixar de destacar o fato de que homens e meninos estejam integrando as forças rebeldes, o que também explica a sua ausência nessas populações. Todavia, o próprio relatório admite que as execuções sumárias contra homens e meninos e a aprisionamento desproporcional dessa parcela da população desempenham papel fundamental para explicar o fato de os homens serem os sujeitos ausentes nessas populações (AI, 2004b, p. 14).

A pesquisa de mortalidade conduzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em conjunto com o European Programme for Intervention Epidemiology Training, em 2004, também aponta uma sub-representação de homens nos grupos entre 15 e 49 anos entre os internamente deslocados dos três estados de Darfur¹⁴⁸. Essa sub-representação não se apresentava, vale dizer, no último censo demográfico conduzido no Sudão em 1993, ou seja, homens e mulheres estavam igualmente representados à época do último recenseamento. Essa informação é capaz de indicar que a sub-representação de homens nessa faixa etária teria se formado principalmente após o conflito, o que pode ser reforçado pela conclusão do próprio relatório de que a violência é a maior causadora das mortes desse grupo. Os gráficos desse relatório referentes à população demográfica nos campos

¹⁴⁸ Nesse sentido ver: <http://www.newscientist.com/article/dn6472-horrific-death-toll-in-darfur-revealed.html>

de PIDs nos três estados de Darfur podem ser encontrados no anexo deste trabalho (vide capítulo 7).

Em 2005, a OMS organizou nova pesquisa de mortalidade com 1,779 famílias, em conjunto com o Ministério da Saúde do Sudão. Essa pesquisa conclui novamente a existência de um déficit na população de homens em idade de combate, mas atribui essa ausência ao recrutamento de homens e à migração dessa população em busca de emprego. Em momento algum, a pesquisa questiona essa ausência também como fruto da maior vitimização dos homens pelo conflito armado. Ou seja, há uma desproblematização das mortes dos homens por esse relatório, que naturaliza a imagem desses homens como combatentes/provedores e não destaca a sua imagem também como civis vulneráveis.

O relatório da HRW “Sexual violence and its consequence among displaced persons in Darfur and Chad” também reconhece a diferença de representação entre homens e mulheres nos campos do Chade e de Darfur e afirma que isso se deve não somente à presença dos homens nos grupos rebeldes e à migração, mas também à maior mortalidade dos homens por violência (HRW, 2005a, p. 8). Em suas pesquisas de campo, a organização PHR também identificou esse padrão, especialmente em algumas localidades, o que foi constatado em função do grande número de mulheres que ficaram viúvas após esses ataques.

‘This relatively large number of female-headed households, particularly for Bendisi and Furawiya, is unusual in Darfurian society and may reflect the fact that men in particular were targeted for death in this conflict. Further data to support this suggestion is that in Bendisi, one-third of the women household heads *reported have been widowed in the attacks*’ (Physicians for Human Rights, 2006, p. 27 – ênfase minha)

4.4.2

O uso da violência sexual como mecanismo genocida em Darfur

O emprego da violência sexual em Darfur possui muitas similaridades com os episódios ocorridos em Ruanda e na ex-Iugoslávia, já analisados na presente dissertação. Assim como aconteceu previamente nesses eventos, a violência sexual tem sido utilizada sistematicamente e em larga escala contra mulheres e meninas pertencentes ao grupo construído como o “outro” a partir da identidade estabelecida como norma pelo perpetrador.

Em Darfur, mulheres e meninas de todas as idades são afetadas, incluindo até mesmo crianças de 7 ou 8 anos de idade (HRW, 2005a, p. 4). De acordo com o MSF, 99% das vítimas de violência sexual são mulheres e meninas (MSF, 2005, p. 3). O relatório da International Commission of Inquiry on Darfur (ICID), estabelecida em 2004 pelo Secretário Geral da ONU para investigar violações de direitos humanos em Darfur constatou que:

The following patterns (of rape) have been reported: First, deliberate aggressions against women and girls, including gang rapes, occurred during the attacks on the villages. Second, women and girls were abducted, held in confinement for several days and repeatedly raped during that time. Third, rape and other forms of sexual violence continued during flight and further displacement, including when women left towns and IDP sites to collect wood or water. In certain areas, rapes also occurred inside towns. Some women and girls became pregnant as a result of rape. (ICID, 2005, p. 87)

Conforme anteriormente afirmado no capítulo 3, a violência sexual ocasiona consequências físicas, psicológicas e sociais para as suas vítimas e, em função do contexto cultural em que ela ocorre, a violência extrapola o nível individual. Para as vítimas, os estupros em massa provocam “distorções em sua identidade e sentimentos de desconexão (...), causando ruptura no seu senso de pertencimento em um dado grupo ou papel social”¹⁴⁹ (Gingerich e Leaning, 2004, p. 2 - appendix II). Coletivamente, a amplitude que esse tipo de violência adquire afeta todo o tecido social do grupo. Assim, a escala em que essas atrocidades ocorrem nos permite afirmar que a violência sexual funciona como um mecanismo de “punição coletiva”¹⁵⁰ (AI, 2004b, p. 29).

Tendo em vista que essa violência é perpetrada em um contexto cultural em que a castidade da mulher é valorizada e imposta pelas práticas sociais, a utilização tão ampla desse tipo de violência acarreta consequências dramáticas para a coletividade como um todo (PHR, 2006, p. 30). No Sudão, a sexualidade, o casamento e a reprodução são questões profundamente arraigadas nas tradições sociais e se baseiam em noções muito estritas de masculinidade e feminilidade na composição da família (Gingerich e Leaning, 2004, p. 28). Essas construções fomentam e naturalizam a submissão da sexualidade feminina. Um exemplo disso

¹⁴⁹ Tradução livre

¹⁵⁰ Tradução livre.

está nas práticas correntes de circuncisão da mulher para a sua purificação e para a restrição do seu prazer no ato sexual.

Assim sendo, a perpetração da violência sexual de maneira tão ampla baseia-se nessas construções de modo que “(t)he powerful social norms in Darfurian culture about sexuality, purity, and honour serve to exacerbate feelings of shame and stigma commonly attached to rape in all cultures” (Gingerich e Leaning, 2004, p. 28) .

Esse tipo de violência, de acordo com os relatórios, ocorre geralmente em público, tanto durante os ataques às vilas como também quando essas mulheres estão desempenhando suas atividades diárias como colher gravetos ou pegar água em locais mais afastados de suas casas ou campos de deslocados/refugiados, onde essas populações em risco estão abrigadas. O fato de essas mulheres terem que se afastar desses campos para realizar essas tarefas consiste em um grande problema para a sua segurança. Ainda assim, elas insistem em levar a cabo essas atividades das quais dependem a subsistência de suas famílias, já que os homens não podem deixar os campos de PIDs ou refugiados por medo de serem mortos. Nicholas Kristof, repórter do NYT, que também conduziu reportagens de campo em Darfur, afirmou em uma de suas reportagens:

“I'm still chilled by the matter-of-fact explanation I received as to why it is women who collect firewood, even though they're the ones who are raped. The reason is an indication of how utterly we are failing the people of Darfur, two years into the first genocide of the 21st century.

"It's simple," one woman here explained. "When the men go out, they're killed. The women are *only* raped". (KRISTOF, 2005 – ênfase no original)

De acordo com a ICID “In most of the cases, it was the women and girls who went outside the camps to search for firewood and water, since they had a better chance to survive attacks than the men and boys who risked being killed”. (ICID, 2005, p. 91). O mesmo risco é confirmado em outros relatórios (HRW, 2004b, p. 38 HRW, 2005a; PHR, 2006; AI, 2004b; HRW, 2008). Em Kaleik, por exemplo : “They (women) expressed how they feel ‘imprisoned’ and how women and girls have been raped leaving the IDP settings, while the men are being harassed and frequently beaten by the security forces (...)” (AI, 2004b, p. 16).

Como os homens são mais ameaçados por ataques letais, mulheres e meninas são as que enfrentam a insegurança fora dos campos para desempenhar essas atividades diárias. Segundo Tanner, isso está modificando as relações de gênero desses grupos, pois os homens não podem desempenhar suas tarefas tradicionais normalmente. Nas palavras do autor:

“(...) insecurity prevents men from carrying traditional male roles (...). Men are targeted, and cannot move. As a result, they are unable to contribute to the household survival. This in turn forces women to take on a primary role in grazing animals, finding food, dealing with the world outside the community, and so on – despite the risk of being raped. In short, women must risk being raped so that men do not have to risk getting killed” (Tanner, 2009, p. 34)

Ou seja, tanto para poupar a vida dos homens como também em função de uma ordem de gênero que subordina essas mulheres em relação aos homens, elas continuam se expondo à insegurança diária de sofrerem estupros dos Janjaweed que ficam à espreita nesses acampamentos.

Os casos de mulheres estupradas durante essas atividades pelas milícias Janjaweed levou a UNAMID¹⁵¹ a instituir as “Firewood Patrols”, ou seja, patrulhas de *peacekeepers* que acompanham essas mulheres fora dos campos, lhes garantido a segurança necessária. Todavia, essas patrulhas –quando existem- se mostram insuficientes para dar conta da proteção de um número tão significativo de pessoas (HRW, 2008).

É importante destacar que a violência sexual pode vir acompanhada de espancamentos e, ademais, é comum relatos de estupros em massa, realizados por múltiplos perpetradores, o que demonstra o grau de agressividade ao qual os genocidas estão dispostos a expor as vítimas (HRW, 2005a, p. 3).

Muitas dessas vítimas relatam terem sido estupradas mais de uma vez e, na grande maioria dos casos, os perpetradores estão armados (Idem). Das vítimas entrevistadas pelo MSF, 81% identificaram os perpetradores como sendo membros das milícias ou do exército (MSF, 2005, p. 3). Há inclusive uma maior propensão de que ocorram casos de violência sexual quando os Janjaweed estão acompanhados das forças armadas do Sudão. O mesmo ocorre com o uso de dizeres racistas em relação às vítimas durante os ataques, o que indica uma incitação direta e cumplicidade do Estado em relação a esses tipos de

¹⁵¹ UNAMID (United Nations African Union Mission in Darfur), estabelecida em 2007, consiste em uma missão de paz híbrida por forças da ONU e da União Africana para atuar no conflito de Darfur.

comportamento e, inclusive, ao uso do estupro como política genocida (Hagan et al, 2009, p. 184).

As vítimas afirmam ainda que, durante os ataques, a violência costuma ser conduzida na presença de membros familiares ou terceiros. A maioria delas (65%) estava em grupo quando a agressão ocorreu (Idem), o que indica uma clara intenção de realização de estupros públicos para aumentar o medo da população e a repercussão do ato. São freqüentes os relatos de estupros de mulheres e meninas diante de membros de sua coletividade e de sua família, como maridos, filhos, tios, gerando nessas testemunhas o sentimento de que não estão cumprindo a sua função de protetor, ou seja, de resguardar as mulheres que estão sob sua responsabilidade. Essa sensação fica evidente no depoimento destacado a seguir: “(...). I met six Arabs in the bush, I wanted to take my spear and defend my family, they threatened me with a weapon and I had to stop. The six men raped my daughter, who is 25 years old, in front of me, my wife and the young children” (AI, 2004b, p. 15). Após realizar uma pesquisa em um campo com refugiados em Darfur, a Anistia Internacional concluiu: “For many men in the refugee camps the human rights violation of rape seem to directly translate into a humiliation against themselves and the group they belong to” (AI, 2004b, p. 17).

A violência sexual é capaz, portanto, de disseminar o sentimento de culpa e incapacidade nos homens do grupo atingido por não terem conseguido proteger suas mulheres (Gingerich e Leaning, 2004, p. 24). Sendo assim, o ato funciona como uma mensagem entre os homens dos dois grupos: os do grupo perpetrador que afirmam a sua força, masculinidade e heterossexualidade e, conseqüentemente, sua masculinidade hegemônica; e os do grupo atacado, em que os homens passam a se sentir inferiorizados e menos capazes de cumprir o seu papel “de homem” diante de sua coletividade, representando, assim, a masculinidade subordinada.

Conforme afirmado anteriormente, a violência sexual pode vir acompanhada de casos de abdução e da utilização de ofensas de caráter racializado. Os perpetradores se referem às vítimas por termos que as demonizam ou inferiorizam sua identidade como, por exemplo, “escravas”, “negras”, “dirty Black Nuba” ou “esposas dos Tora Bora” (HRW, 2005a, p. 5; AI, 2004b, p. 19). Após os estupros, as vítimas costumam ser marcadas com facas nas pernas, reproduzindo, assim, *a mesma técnica que era utilizada para marcar escravos e*

animais (Gingerich e Leaning, 2004, p. 15), o que aponta o tratamento e a construção desumanizada/animalizada desse grupo, que, ocupa, portanto, um “espaço moral” distinto do “eu” árabe/superior/civilizado.

De acordo com Hagan et al., enquanto em Ruanda foi mais comum a prática de matar as mulheres após os estupros, em Darfur, essas mulheres são levadas de volta às suas comunidades, após a abdução, de modo a intensificar o terror e a desonra, tornando-as o símbolo da subordinação da comunidade, em geral (Hagan et al., 2009, p. 10). Dessa forma, tal como ocorreu na Bósnia, a violência sexual simboliza um ataque que afeta as mulheres e homens do grupo rival. Por conseguinte, a violência sexual funciona como um instrumento de humilhação pública e mensagem de enfraquecimento da identidade afetada, em função de sua incapacidade de defesa e resistência ao poder do perpetrador.

Em relação à perpetração de violência sexual contra homens e meninos, não há notícias que esse tipo de violência esteja ocorrendo de maneira sistemática e em larga escala da forma como atinge mulheres e meninas. O relatório de Gingerich e Leaning e a pesquisa da ADS notificam casos isolados de sodomização e de outros tipos de violências sexual contra homens, como a castração, conduzidas diante da população local com o objetivo de disseminar pânico e terror no grupo, ou ainda como mecanismo de tortura (Gingerich e Leaning, 2004, p. 19; Hagan et al, 2009; MSF, 2005). Nas palavras de um menino de 15 anos, vítima de violência sexual em Darfur: “(...) They tied up my sexual organ with a rope and pulled both sides each time they were asking me questions” (Gingerich e Leaning, 2004, p. 19).

O MSF cita apenas um relato de um homem estuproado:

“I was working in my farm alone on that day. Eight men with guns came to me and ordered me to give my coat. I refused so they started beating me with a stick on my back. Five men took me and raped me. One of the men pointed a gun at me after that and wanted to shoot me. Another man stopped him. My wife, who was on her way to meet me in the farm, saw me with the men. The same men took her and 2 of them raped her as well” (MSF, 2005, p. 3).

Outra mulher do norte de Masteri, em Darfur Ocidental, também apontou um caso para o ADS: “Four men were raped in the village by the soldiers (...) These men were then shot and killed. I watched this after my rape.” (apud Hagan et al., 2009, p. 21).

Apesar dos depoimentos acima descritos demonstrarem que a violência sexual contra homens e meninos não é inexistente, não há a realização desse tipo de crime sistematicamente ou em grande escala. Estima-se que a violência sexual contra homens aconteça em episódios isolados e represente apenas 1% dos casos totais de violência sexual (MSF, 2005, p. 3).

Tendo em vista os padrões de violência sexual perpetrados contra mulheres e meninas, Jan Egeland, então Sub-secretário da ONU para Assuntos Humanitários a afirmou que em Darfur “(...) rape is systematically used as a weapon of warfare.” (Egeland apud Reeves, 2005). Além do estupro, essas mulheres também são afetadas por crimes como a escravidão sexual, tortura, deslocamento forçado, gravidez forçada, mutilação sexual e ainda a abdução para fins sexuais ou para desempenhar outras tarefas domésticas como cozinhar, por exemplo (A.I., 2004b, p. 4).

Durante a pesquisa da ICID, a comissão encontrou relatos de estupros em massa, escravidão sexual e abdução de mulheres e meninas em Kutum, Tawila, El Geneina, Kaleik, Mukjar, entre outras localidades dos três estados de Darfur (ICID, 2004). Citamos aqui um relato de uma das vítimas do ataque à Wadi Tina, em Darfur do Norte, que aponta claramente esses padrões:

“Ten Janjaweed came into my house. *They took me and my six sisters who were 15, 16, 17, 19, 20 and 24 years old. They said ‘why are you staying here, you slaves.’ We did not reply. They were armed and all of them were pointing their guns at us. While they were in our house, they shot my two brothers. They took us outside and beat us with the leather straps which they use to control the camels. The beating lasted for 20 minutes. After being beaten, we were taken to Wadi Tina. (...).*

It took us three hours to get there. During this time they beat us and threatened to kill us. When we arrived at Wadi Tina, *I saw at least 95 women there. We were left in the Wadi with a large group of women and were guarded by at least 100 armed Janjaweed. All the women were naked. Soon after our arrival we were forced at gun point to take off our clothing. (...). They selected a woman each and raped them. Over a period of a week, I was raped 14 times by different Janjaweed. I told them to stop. They said ‘you are women of Tora Bora and we will not stop this.’ We were called slaves and frequently beaten with leather straps, punched and slapped. I feared for my life if I do not have sex with them. We were humiliated in front of other women and were forced to have sex in front of them. Other Janjaweed were watching”* (ICID, 2005, p. 91 – ênfase minha)

O relato acima aponta, primeiramente, para a preocupação dos Janjaweed, ao chegar à casa da vítima, de matar os homens (seus dois irmãos) e levar as mulheres para outro local, onde havia outras mulheres, para serem estupradas. Os Janjaweed submetiam essas vítimas a um terror psicológico, com frequentes ameaças de morte e obrigando essas mulheres a ficarem nuas, um hábito visivelmente contrário à sua cultura e aos padrões de moralidade em vigor naquela sociedade. Outro tipo de violência psicológica está no fato dessas mulheres serem chamadas (e tratadas como) escravas e acusadas de serem mulheres dos Tora Bora, classificações discursivas que possibilitam que essas mulheres sejam expostas a esse tipo de tratamento. Nesse local, as vítimas foram submetidas a estupros em massa, por múltiplos perpetradores, de forma humilhante.

O mesmo padrão é novamente exemplificado pela descrição do ataque à vila de Adawa, em Darfur do Sul:

“(...) some women were captured and several were detained by the attackers for two days. *Men were summarily shot*, as was anyone who attempted to escape. *Young girls were taken by the attackers to another location and many were raped in the presence of other women.* The attackers looted the village”. (ICID, 2005, p. 69)

O estupro cria, assim, um clima de medo na população afetada, forçando o seu deslocamento, o que facilita a dispersão do grupo. Por conseguinte, esses atos de violência criam obstáculos para a sobrevivência da coletividade, já que para buscar um local seguro, os sobreviventes são obrigados a se deslocar pelo deserto sem suprimentos e condições suficientes para enfrentar o calor e a distância.

No entanto, a violência sexual não é usada somente para provocar o mero deslocamento da população, como afirmaria a corrente de que o conflito em Darfur é apenas uma guerra por recursos. O estupro tem a intenção mais ampla de afetar o maior número possível de mulheres com vistas a destruir o grupo como um todo. Uma evidência disso é que os Janjaweed costumam atacar quando essas mulheres precisam se afastar dos campos de refugiados para pegar água, comida ou gravetos para cozinhar, inclusive nos campos de refugiado no Chade (ou seja, quando esses refugiados já estão fora do território do Sudão). Esse padrão nos conduz ao seguinte questionamento: Se a população atacada já está refugiada em outro país, por que ainda são perseguidas pelas milícias pró-Cartum? A nosso ver, justamente pela intenção do perpetrador de destruir o grupo inimigo pela sua

identidade, os ataques continuam a acontecer mesmo fora do Sudão para garantir, assim, a aniquilação da identidade inimiga.

Como já apontado no capítulo anterior, é necessário ressaltar que as denúncias de estupro representam apenas uma parcela mínima dos casos totais existentes. Isso porque o estigma social a que essas vítimas ficam expostas provoca o seu silêncio em relação à agressão sofrida¹⁵². Nas palavras de um refugiado de Darfur no Chad: “Women will not tell you easily if they have been raped. *In our culture, it is a shame. Women hide this in their hearts so that men don’t hear about it*” (AI, 2004, p. 17 – ênfase minha). Ou seja, além do medo de como a violência afetará a sua imagem no grupo, essas mulheres tentam, muitas vezes, esconder a violência de seus familiares, pais e maridos, por temerem a rejeição de seus entes mais próximos (PHR, 2006, p. 30). Outra testemunha afirma “There are girls who have been raped. We tried to take them to the clinic, they refuse to talk to anyone (...). *They have shame. They cry. They are very ashamed (...)*. Both the Janjaweed and the government soldiers rape women (...)” (PHR, 2004, p. 10 – ênfase minha).

Ao sofrer atos de violência sexual, portanto, a mulher de Darfur, é colocada fora da esfera moral ocupada pela “boa mulher” sudanesa. Ela torna-se corrompida, usada, contaminada pela imoralidade e, por conseguinte, não se enquadra mais nos padrões e papéis esperados por sua família, seu grupo e pelo próprio Estado. Como implicação, as vítimas da violência são rejeitadas por seus maridos e famílias e, se solteiras, tornam-se impossibilitadas de casar.

Os depoimentos anteriores, ao evidenciarem o estupro como uma vergonha para a mulher, sua família e seu grupo, indicam a relação entre a imagem cultural construída das mulheres e de sua sexualidade e o uso do estupro como arma de guerra. Ao estigmatizar a vítima como “resto” e “corrompida”, essas mulheres são marginalizadas e tornam-se vulneráveis a outros abusos. Além disso, as vítimas perdem também seus mecanismos de sustento, já que nessas sociedades elas dependem dos homens para garantir a sua segurança econômica (AI, 2004b, p.

¹⁵² Além dos obstáculos sociais dos quais estamos tratando, não podemos deixar de destacar a existência das dificuldades geográficas que as vítimas enfrentam ao buscar ajuda ou denunciar o crime. Além do preconceito, há, por vezes, uma enorme distância entre o local do ataque e o posto policial ou hospitalar mais próximo. O relatório do HRW “Five years on: No justice for sexual violence in Darfur”, por exemplo, aponta que algumas mulheres precisam andar de 10 a 20 Km para chegar ao posto policial da cidade (HRW, 2008, p. 17).

18). A violência sexual opera, portanto, a partir da intenção do genocida de atingir construções sócio-culturais capazes de afetar a relação entre os membros dos grupos e, por conseguinte, o tecido social da coletividade atingida.

Além de não denunciarem a violência sexual em função dos constrangimentos sociais, as mulheres temem por sua segurança. Isso se deve não apenas em função do medo de retaliação por parte dos perpetradores, mas também porque as mulheres estupradas são comumente tratadas como criminosas pelo Estado Sudanês. Nas palavras de uma vítima:

“I am 16 years old. On day, in March 2004, I was collecting firewood for my family when three armed men on camels came and surrounded me. They hold me down, tied my hands and raped me one after the other. When I arrive home, I told my family what happened. *They threw me out of home and I had to build my own hut away from them.* I was engaged to a man and I was so much looking forward to getting married. *After I got raped, he did not want to marry me and broke off the engagement because he said that I was now disgraced and spoilt.* (...) When I was eight months pregnant from the rape, the police came to my hut and forced me with their guns to go to the police station. They asked me questions, so I told them that I had been raped. They told me that as I was not married, *I will deliver this baby illegally.* They beat me with a whip on the chest and back and put me in jail. There were other women in jail, who had the same story (...). (MSF, 2005, p. 6 – ênfase minha)

Esse tratamento ocorre porque, após a adoção da *Shari'a*, o adultério (*zina*) passou a ser considerado um crime, tipificado como a relação sexual consensual entre um homem e uma mulher que com ele não é casada (Cf. artigo 145 do código penal sudanês). Tendo em vista a existência desse crime, as vítimas de estupro temem denunciar o crime, já que precisam convencer *e provar* para a polícia e demais autoridades que a relação não foi consensual. Para essa comprovação, as vítimas dependem do depoimento a seu favor de pelo menos quatro testemunhas masculinas. Caso contrário, elas podem ser condenadas pelo crime de adultério, punível com 100 chibatadas, se a mulher for solteira, ou ainda com a morte, se casada. Ademais, de acordo com o artigo 146 do código penal, a gravidez funciona, nesses casos, como evidência de culpabilidade da mulher (HRW, 2008, p. 18), pois no Sudão, há a crença cultural de que a mulher só engravida quando a relação sexual é consensual. Ou seja, quando do estupro decorre a gravidez, presume-se que a mulher consentiu com a relação, i.e., que

não houve estupro e, assim sendo, a mulher se torna culpada porque supostamente, desejou o ato (HRW, 2005a, p. 10).

Conforme afirmou um refugiado para a A.I., “we believe that nobody can become pregnant when raped, because this is unwanted sex and you cannot have a child from unwanted sex (...)” (AI, 2004b, p. 17). Uma refugiada confirma que as mulheres que engravidam de um estupro devem deixar sua família e sua comunidade “because it is not normal for her to be pregnant from being raped, so she has to go” (Idem). Como aponta o HRW, em função da tipificação do crime de adultério, “Under shari’a (Islamic) Law, pregnancy of an unmarried woman is prima facie evidence of guilty” (HRW, 2008, p. 18)

Juntamente com a violência sexual, outro padrão de violência contra o gênero utilizado em Darfur é justamente a estratégia de gravidez forçada das vítimas de estupro. Assim como ocorria na antiga Iugoslávia, o objetivo do perpetrador com esses atos é “limpar” as gerações futuras da presença “não-árabe”, uma vez que os grupos de Darfur (e do Sudão, de modo geral) adotam a patrilinearidade, i.e., acreditam que a identidade da criança é adquirida pela consangüinidade paterna (De Waal, p. 185, 2005).

Nos relatórios e reportagens sobre o uso da violência sexual em Darfur é constante a presença de relatos tais como: “We will kill all men and rape the women. *We want to change the color. Every women will deliver red. Arabs are the husbands of those women*” (apud Hagan et al., 2009, p. 10). Os perpetradores costumam ainda afirmar para as mulheres estupradas que “they would now bear a *free child*” (Gingerich e Leaning, 2004, p. 15 – ênfase minha), em referência à imagem dos povos “não-árabes” como escravos.

O depoimento de Sawela Suliman, 22 anos, dado em entrevista à Emily Wax, repórter do Washington Post é emblemático nesse sentido:

"They grabbed my donkey and my straw and said, '*Black girl, you are too dark. You are like a dog. We want to make a light baby*' (...). "They said, '*You get out of this area and leave the child when it's made.*' " (apud Wax, 2004)¹⁵³

Outros vítimas afirmam ter escutado “Black prostitute, whore, you are dirty” (apud Hagan et al., 2009, P. 9) ou ainda que elas agora seriam “wives of

¹⁵³ Nesse sentido ver: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A16001-2004Jun29.html>

Arabs and would bear *Arab babies*” (Idem, p. 10 – ênfase minha). Por meio desse depoimentos, é possível constatar a construção dessas mulheres como inferiores a partir de adjetivos que as tratam pejorativamente como “escravas”, “negras”, “cadelas”, etc. de modo a enfatizar a hierarquia identitária do perpetrador e legitimar seu interesse em povoar a região com uma identidade superior.

Esse padrão é novamente evidenciado pelo depoimento de três mulheres de Darfur Ocidental dado ao MSF, em outubro de 2004:

“It happened last August when we were in our farms outside the village. We saw five Arab men who came to us and *asked where our husbands were*. Then they told us that we should have sex with them. We said no. So they beat and raped us. *After they abused us, they told us that now we would have Arab babies; and if they would find any Fur woman, they would rape them again to change the colour of their children.*” (MSF, 2005, p. 1 – ênfase minha)

É possível notar, portanto, a intenção do perpetrador de engravidar as mulheres identificadas como “não-árabes” para redefinir, assim, a identidade dos grupos da região (“we want to change the color”; “We want to make a light baby”) ao reproduzir bebês de identidade árabe (“reds”, pois há a caracterização no grupo árabe de que eles não são negros como os grupos “não-árabes”, mas possuem uma pele mais clara, denominada localmente como “vermelha”). Por conseguinte, é possível perceber que essa violência contra o gênero está intimamente relacionada com o objetivo genocida de apagar a presença “não-árabe” de Darfur, proporcionando a transformação identitária do local a partir da disseminação forçosa do sangue árabe nas gerações futuras (De Wal, 2005, p. 199).

Se por um lado a gravidez forçada cumpre o objetivo do perpetrador de aumentar a população de origem árabe, tendo em vista a construção patrilinear vigente na sociedade, por outro lado, o nascimento dessas crianças cria um problema social para os grupos não-árabes. Nesse sentido, as crianças frutos de estupro tendem a ser abandonadas, gerando um grande número de órfãos ou ainda aumentando a taxa de infanticídio (Gingerich e Leaning, 2004). Isso se deve ao fato de que não apenas as mães ficam estigmatizadas, mas os próprios bebês são classificados como “Janjawid Child”, ou seja, considerados filhos do inimigo (AI, 2004b, p. 17).

O problema causado pelo estigma dessas crianças é tão evidente que, em alguns depoimentos, os homens alegam que poderiam até aceitar as esposas que foram vítimas de estupro de volta, mas não a criança fruto dessa violência. “(...) If an Arab child is born, this cannot be accepted” (AI, 2004b, p. 17), afirmou um refugiado à Anistia Internacional. Essa questão, a nosso ver, indica a existência do preconceito e da polarização identitária reforçada pelos dois lados, já que as vítimas também passam a considerar a alteridade do perpetrador como inassimilável ao seu grupo.

Além de engravidar deliberadamente as suas vítimas, os genocidas também estupram mulheres visivelmente grávidas que, como consequência da violência, acabam abortando. Nesse sentido, é possível afirmar que o ataque a mulheres grávidas pode funcionar como “prevenção de nascimento no seio do grupo inimigo”, considerado como um ato de genocídio pela alínea “d”, artigo II da Convenção de 1948. Dessa forma, o perpetrador impede a reprodução da alteridade ameaçadora e alcança, por conseguinte, o seu ideal de aniquilação do inimigo e de homogeneização identitária em seu domínio territorial.

Além da violência sexual, as mulheres do grupo-alvo estão passíveis de sofrer também outros tipos de violência não-letal como nos casos de tortura contra mulheres com o objetivo de que elas digam onde seus maridos estão se escondendo ou ainda nos casos em que os estupros de mulheres são acompanhados de espancamentos ou mutilação genital (AI, 2004b, p. 12; HRW, 2005a, p. 5).

Conforme afirmamos previamente, há uma “tendência por parte dos perpetradores em poupar a vida das mulheres”¹⁵⁴ (ICID, 2005, p. 66), o que não significa que esses grupos não sofram nenhum tipo de ataque letal. A maioria de relatos de morte de mulheres e meninas presentes nesses relatórios, no entanto, ocorre durante tentativas de estupros, geralmente quando as vítimas reagem à violência sexual (HRW, 2004b). Nas palavras de uma mulher de 20 anos de Jartagat: “(...) (I)t became very unsafe for young women to go outside of the village to collect firewood or anything else. Many young women were beaten and raped *and were killed if they refused.*” (PHR, 2006, p. 24 – ênfase minha). Ou

¹⁵⁴ Tradução livre.

seja, ao contrário dos homens, as mulheres não são selecionadas diretamente para serem mortas em função da sua identidade de gênero.

Os Janjaweed não costumam matar as mulheres que sofrem estupros também com a intenção de disseminar o pânico e de reduzir a força de resistência do grupo, bem como a vontade deste de retornar para a sua terra de origem (Gingerich e Leaning, 2004, p. 18). Tal situação, conforme apontam Gingerich e Leaning, causa efeitos na organização da população local como um todo e no seu tecido social, contribuindo, no futuro, para o desaparecimento dos “não-árabes” da região (Gingerich e Leaning, 2004, pp. 17-19). Após esses ataques, a população, que tende a se deslocar, dificilmente permanecerá unida e retornará para a vida coletiva que possuíam previamente (Idem, p, 18).

Dessa maneira, é possível perceber, conforme sinalizava a nossa hipótese, que a construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de perpetração dos *génocidaires*. As mulheres, por ocuparem um espaço identitário diferente dos homens em função das construções de gênero, são percebidas a partir de pressupostos de feminilidade que sua imagem à reprodução, à família, à esfera privada, à pureza, à fragilidade, etc. Assim, a elas são destinadas, geralmente, condutas que preservam a sua existência porque, no caso de Darfur, as mulheres “não-árabes” não foram construídas como tendo uma existência que por si só é capaz de ameaçar o perpetrador. Tal como ocorreu na Bósnia, as mulheres do grupo inimigo eram percebidas mais como populações que podiam ser controladas e poupadas, funcionando ainda como mensagem de poder dos genocidas. Além disso, em função de sua imagem de reprodutoras, essas mulheres eram usadas também, na percepção dos perpetradores, como “repositório biológico” ao reproduzirem bebês árabes e, por conseguinte, disseminar a sua identidade pelo território, limpado-o da presença rival. A gravidez forçada é, portanto, uma estratégia para “injetar o sangue e a cultura árabe” reformulando a demografia da população local (Jok, 2007, p. 165)¹⁵⁵.

O ataque às mulheres atua, portanto, como um elemento de desestabilização da ordem social dos grupos-alvo, minando o seu tecido social e

¹⁵⁵ Essa passagem de Jok, na verdade, se refere ao conflito do Sul, mas, a nosso ver, é perfeitamente aplicável ao caso de Darfur, onde a gravidez forçada de mulheres e a execução de homens e meninos em idade de combate atendem aos mesmos propósitos genocidas em ambas as regiões.

sua capacidade de resistência e, por conseguinte, colocando em xeque a própria existência futura da identidade construída como o “outro”.

A violência sexual, portanto, não consiste em uma manifestação aleatória de violência, mas sim em um plano político que, juntamente com os massacres seletivos, atuam de modo a causar pânico e dispersar as comunidades, acarretando a sua destruição futura (HRW, 2005a).

Em suma, conforme destacado previamente, a violência contra o gênero pode ser entendida, portanto, como a manifestação violenta de relações de poder nas quais as construções de gênero produzem e são (re)produzidas pelas performances de violência (Shepherd, 2008, p. 50). Essas performances estão informadas por construções específicas que conectam a ordem de gênero construída pelo Estado com a identidade do inimigo, possibilitando a perpetração dos atos de violência acima analisados.

4.4.3

Generocídio em Darfur: caminhando para a aplicação de uma abordagem inclusiva do gênero

A criação do Estado sudanês favoreceu a construção de uma identidade nacional homogênea que, após o golpe de 89, tinha como modelo a identidade árabe islâmica. Em função disso, o governo islâmico passou a tentar uniformizar os padrões e costumes de todas as regiões do Sudão, inclusive Darfur, que era uma região muçulmana, mas insuficiente islamizada, já que o modelo desejado pelo Estado requeria uma islamização arabizada, que apagasse, portanto, resquícios da heterogeneidade cultural de outros povos.

Essas medidas afetaram inclusive as relações de gênero. O Estado passou a interferir diretamente no comportamento e nos espaços sociais destinados a homens e mulheres. O molde ideal de masculinidade e feminilidade criado pelo governo de Cartum passou a ser imposto, incentivado e fiscalizado.

Com a eclosão da violência física, os grupos não-árabes passam a ser alvos de políticas genocidas, ou seja, o governo deixou de tentar assimilar e passou a implementar as práticas de “homogeneização patológica” (Rae, 2002) por meio de táticas cada vez mais violentas destinadas a apagar a presença desses grupos do Sudão e conseguir, assim, alcançar uma identidade nacional homogênea. Para

isso, o governo sudanês adota uma política deliberada de destruição dos grupos vistos como “outro” e como uma ameaça ao seu ideal de uniformização identitária. A violência contra o gênero passa, então, a ser perpetrada nesse contexto como uma política oficial de modo a gerar terror e enfraquecer a população local.

Como forma de negar que essas práticas sejam uma política deliberada implementada pelo Estado, o governo insiste em tratar os relatos de estupros e de violência como manipulados e inventados. Nas palavras do próprio presidente Omar al-Bashir:

"When it comes to mass rape, there is no document or evidence, just accusations. Anything which claims these things are documented is untrue... The women inside the camps are under the influence of the rebels and some are even relatives of the rebels. That's why they make these claims"¹⁵⁶ (Bashir apud Hamilton, 2009).

No entanto, a quantidade de relatórios analisados, provenientes de uma multiplicidade de organizações que realizaram trabalhos de campo em regiões tão diversas de Darfur e do Chade apresentam depoimentos com padrões muito semelhantes de atuação. Esses fatores rechaçam a possibilidade de que rebeldes estejam manipulando tantas pessoas e controlando de tal forma tantos depoimentos. Além disso, é importante notar que as denúncias desses tipos de crime, principalmente no que diz respeito à violência sexual, dificilmente são exageradas. Tendo em vista o estigma e os problemas enfrentados pelas vítimas, a tendência é justamente o silêncio e não a denúncia (PHR, 2006, p. 29). Ainda, assim, as vítimas que buscam ajuda relatam a existência de padrões muito semelhantes de atuação (MSF, 2005, p. 2-3).

Diante da pressão internacional realizada a partir das denúncias de violência, o governo do Sudão instaurou o Plano Nacional de combate à violência contra a mulher, no final de 2005, juntamente com comitês especiais ligados ao ministério da justiça para investigar a ocorrência de estupros (HRW, 2008). Esses comitês, segundo investigação do HRW, demonstraram inabilidade e falta de vontade política para lidar com a questão, já que não respondem de maneira eficaz aos obstáculos que impedem que essas mulheres tenham acesso à justiça e ao

¹⁵⁶Nesse sentido ver: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article32836>

tratamento médico adequado. Ademais, poucos os casos foram seriamente investigados e punidos (HRW, 2008)

Ao longo da análise acima foi possível notar, portanto, que as construções de gênero informam a relação entre os sujeitos dos diferentes grupos no processo de violência genocida. Dessa forma, ao olharmos para a atuação dos perpetradores, foi possível perceber que a construção social de gênero atua constitutivamente de modo a informar as percepções e condutas dos *génocidaires*. Ou seja, as construções hierárquicas de masculinidade presentes na construção do Estado e em suas atividades militarizadas informam a atuação dos perpetradores e influenciam a maneira como eles se posicionam diante das vítimas.

Assim sendo, a identidade árabe e islâmica tenta se estabelecer como masculinidade hegemônica em detrimento dos grupos “não-árabes”, o que autoriza uma série de práticas de violência contra esse grupo. Os contextos de genocídio são cenários carregados de construções de masculinidade hegemônica por parte do perpetrador que atua de modo a tentar subordinar e extirpar o elemento identificado como o elemento de “masculinidade” (i.e, força, combate, poder, decisão) do outro grupo. Isso é feito, portanto, por meio da execução sumária de homens e meninos, identificados como contingente de resistência, independentemente do papel real que desempenham. No mesmo sentido, as mulheres automaticamente são tratadas e identificadas como reprodutoras. A violência sexual, portanto, é um ataque a esse papel e às expectativas de pureza e castidade que constituem a imagem dessas mulheres na construção cultural. Dessa forma, o perpetrador ataca diretamente a mulher inimiga (“não-árabe”). Indiretamente o ataque funciona como uma agressão ao grupo como um todo e aos homens que deveriam, de acordo com o seu papel social, prover a proteção de seu grupo e de suas mulheres frágeis.

Apesar de a violência contra o gênero masculino aparecer frequentemente citada nesses relatórios e nos depoimentos acima mencionados, esses crimes não são problematizados, a não ser pelas conseqüências que acarretam para as mulheres (como o fato de haver um grande número de viúvas como conseqüência desses massacres, ou seja, mulheres que sem os homens de sua família ficam sem condições de garantir o seu sustento)¹⁵⁷. Como exemplo, citamos o relatório de

¹⁵⁷ Essa questão já havia sido observada anteriormente em outros casos de genocídio por Carpenter, 2006b.

2006 do PHR que, após constatar a existência de uma grande quantidade de mulheres que chefiavam famílias em conseqüências dos ataques enfatiza:

“With many men killed or disabled from the attacks or fighting for the rebels, some women have now had to take over as head of the household. This creates many short- and long-term problems, with women struggling to balance their traditional role as mother and caretaker of the home with the new responsibility of supporting the family materially” (PHR, 2006, p. 28).

Já o relatório preparado por Gingerich e Leaning destaca o problema que mulheres e crianças enfrentarão, visto que os homens de sua família estão mortos ou desaparecidos (Gingerich e Leaning, 2004, p. 24).

“The demographics of this conflict have depleted the society of men and left many women alone, struggling with great loss of social and material supports and forced to assume both traditional female and male roles” (Gingerich e Leaning, 2004, p. 25).

O problema das crianças nascidas de estupro também é reconhecido por esses relatórios. O grande número de órfãos, a ocorrência de abortos inseguros e o infanticídio são questões levantadas como elementos essenciais a serem considerados na reconstrução da sociedade (Gingerich e Leaning, 2004, pp. 26 e ss; HRW, 2005a, p. 11).

A Anistia Internacional, por sua vez, aponta que as mulheres sofrem desproporcionalmente as conseqüências do deslocamento porque elas formam a maior parte da população de PID e refugiados (AI, 2004a, p. 9). O mesmo relatório enfatiza o sofrimento das mulheres estupradas porque são rejeitadas e, por isso, perdem a segurança econômica, já que dependem de seus maridos para o seu sustento e proteção (AI, 2004b, p. 18).

De fato, todas essas questões representam problemas de segurança sérios com os quais a sociedade sudanesa precisa lidar durante e no pós-genocídio. No entanto, as conseqüências e os problemas de segurança enfrentados pelos homens simplesmente não são abordados por documento algum, inclusive aqueles que explicitamente reconhecem que eles são desproporcionalmente afetados pelos atos de violência direta. Ou seja, não há uma problematização do motivo de tantas mulheres ficarem viúvas após os ataques ou o questionamento de os homens

estarem sendo as principais vítimas da violência. A fragilidade do gênero continua sendo pautada pela insegurança feminina.

É nossa intenção, portanto, destacar que a insegurança econômica dessas viúvas e a grande massa de órfãos são conseqüências graves, mas não os únicos efeitos advindos da ordem de gênero que permeou o contexto de genocídio. Outras conseqüências e dinâmicas devem ser questionadas, problematizadas e trazidas para o debate. A superação da idéia de que “o gênero não é sinônimo de mulher” é fundamental para que os estudos de gênero saiam da sua infância e para que as análises tanto acadêmicas quanto das próprias organizações em campo também atentem para as causas e as raízes desse tipo de violência e de como elas afetam homens e mulheres. Essa percepção é fundamental para a realização de políticas de gênero eficazes durante e após a ocorrência desse tipo de conflito.

Em suma, é possível perceber como a dinâmica genocida está carregada de construções e estereótipos de masculinidade e feminilidade que guiam a ocorrência desse processo, ainda que esses estereótipos não se encaixem de maneira exata na realidade. Ou seja, não estamos afirmando que ao tratar mulheres como frágeis, maternais e puras e homens como fortes e combatentes os perpetradores estão respondendo a categorias e construções reais. Estamos apenas destacando como essas categorias são construídas pelo perpetrador, influenciando a sua visão e a sua atuação no cenário.

No caso de Darfur, por exemplo, há a participação de mulheres combatentes tanto do lado das milícias quanto do lado dos perpetradores. De acordo com Sjoberg, há no Sudão a participação das Hakama (ou mulheres Janjaweed), que atuam pela incitação das milícias genocidas¹⁵⁸ (Sjoberg, 2009), o que é igualmente considerado um ato de genocídio pela Convenção de 1948. As Hakama são “female traditional singers whose function is to praise male fighters by singing and ululating” (AI, 2004, pp. 23-24). Essas mulheres acompanham os Janjaweed e apesar de não estarem diretamente envolvidas na perpetração dos massacres, elas participam dos saques e costumam estar presentes em atos de estupro, intimidando e agredindo verbalmente as vítimas. Conforme narra a A.I.:

“Arab women were accompanying the attackers singing songs and encouraging the attackers. The women Said: ‘The blood of the Blacks runs like water, we take their goods and we chase them from our area and our cattle will be in their land.

¹⁵⁸ Ver também: <http://www.guardian.co.uk/world/2004/jul/20/sudan.ewenmacaskill>

The power of al-Bashir belongs to the Arabs and we will kill you in the end, you blacks, we have killed your God” (AI, 2004b, pp. 23-24)

Já em relação às mulheres rebeldes do Sudão, estima-se que elas compõem aproximadamente 25% dos contingentes atualmente candidatos aos programas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração das Nações Unidas¹⁵⁹ (UN News Centre, 2009). De acordo com o Small Arms Survey:

“Women and girls formed a significant contingent of the Sudan People’s Liberation Army (SPLA) and other armed groups (...). Some fought on the front lines, while others travelled with the armed groups, carrying ammunition and food, and providing sexual services and medical support”. (Small Arms Survey, 2008)

Nas palavras da Cruz Vermelha:

“Although women often assume many of the support roles, women fighters can be extremely useful to an armed group. *The assumption that women are harmless and arouse fewer suspicions* can make them the preferred choice when it comes to transporting munitions, gathering intelligence or as suicide bombers” (ICRC, 2008, p. 18 – ênfase minha).

A mesma organização reconhece a influência desses estereótipos de gênero para afetar a segurança dos indivíduos no contexto do conflito: “Also, *male civilians* are more likely to be perceived as combatants or *potential combatants* (...).” (ICRC, 2008, p. 22 – ênfase minha).

Destarte, os perpetradores estão inseridos em uma estrutura interpretativa de gênero que considera os homens e meninos do grupo rival como força de resistência e combatentes em potencial, tendo em vista as construções de guerra, militarismo e masculinidade que guiam a postura dos exércitos e das milícias nos Estados modernos.

As mulheres do grupo rival tendem a ser mais poupadas em função da associação de sua imagem com a fragilidade e também porque, assim como no caso da Bósnia, elas não representam uma ameaça política em si e não são associadas às atividades militarizadas (ao serem atacadas, elas não são chamadas de rebeldes/Tora Bora, mas de mulheres dos rebeldes). Além disso, na visão do

159

Nesse

sentido

ver:

<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=29879&Cr=sudan&Cr1=ddr>

perpetrador, a existência dessas mulheres pode ser aproveitada para reproduzir a população árabe.

Em suma, este capítulo conseguiu iluminar *a relação entre gênero, intersubjetividade e violência existente no genocídio de Darfur*, observando a partir de relatórios e testemunhos, *como os génocidaires estão informados em suas percepções e condutas por construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade*.

A nossa análise dos padrões de violência contra o gênero, por fim, apontou para a necessidade de adotarmos uma postura de problematização que percebe os efeitos políticos silenciados dessas construções, tanto para homens quanto para mulheres, superando assim leituras automáticas da vitimização de civis nesse conflito.